

Contributos para a caracterização do discurso social: o caso da corrupção*

António João Marques Maia[†]

Índice

Introdução	4
1 Conceitos utilizados para abordagem do problema	9
1.1 As representações sociais como construtoras da ordem	9
1.1.1 Primeiros passos do conceito	10
1.1.2 O que são as representações sociais	12
1.1.3 Em que sentido falamos de representações sociais	15
1.1.4 As representações sociais variam de grupo para grupo	18
1.1.5 Funções das representações sociais	19
1.2 O desvio como desafio da ordem	21
1.2.1 Breve resenha histórica da evolução do conceito	22
1.2.2 A gravidade social do desvio (e do crime)	24
1.2.3 O conceito de crime de colarinho branco	24
1.2.4 A questão do crime de corrupção	25
1.3 O papel da comunicação social	27
2 Problemática	30
3 Metodologia	35
3.1 Algumas considerações metodológicas	35

*O texto que se segue alicerça-se no relatório do estudo exploratório realizado no âmbito do Seminário de Investigação do Mestrado em Sociologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Nova de Lisboa (ISCSP / UTL) e foi apresentado e defendido em Maio de 2006 perante um Júri constituído pelos Professores Doutores João Bilhim, Vitória Mourão e Helena Santana. O conteúdo do documento é da exclusiva responsabilidade do autor.

[†]Mestre em Sociologia.

3.2	A nossa ferramenta de trabalho	38
4	Apresentação de resultados	43
4.1	Caracterização da amostra	44
4.2	As palavras mais associadas a corrupção	46
4.3	As representações da corrupção para toda a população da amostra	47
4.4	As representações em função do género	51
4.4.1	As representações reveladas pelo género feminino	51
4.4.2	As representações reveladas pelo género masculino	54
4.5	As representações em função das habilitações literárias	58
4.6	As representações reveladas pelo grupo com habilitações até ao 9º ano de escolaridade inclusive	58
4.6.1	As representações reveladas pelo grupo com habilitações literárias superiores ao 9º ano até ao 12º ano de escolaridade inclusive	61
4.6.2	As representações reveladas pelo grupo com frequência / conclusão de curso universitário	64
4.7	As representações em função do contacto / leitura de jornais	67
4.7.1	As representações reveladas pela totalidade do grupo com contacto / leitura de jornais	67
4.7.2	As representações reveladas pelo grupo sem contacto com jornais	70
	Conclusão	73
	Bibliografia	77
	Anexo	83

Resumo

O estudo que aqui se deixa documentado evidencia a importância que a imprensa escrita possui enquanto factor estruturante do discurso social que os portugueses possuem sobre o problema das práticas de corrupção.

O estudo demonstra de forma mais concreta que no discurso dos sujeitos o conceito de corrupção corresponde a uma realidade factual bem mais alargada do que aquela que é definida pelo conceito penal ou criminal do termo.

Evidencia ainda que, neste caso em concordância com o sentido do grau de censurabilidade conferido pelas normais penais, na mesma transacção corrupta o acto praticado pelo corruptor passivo é percebido como mais gravoso do que o de corruptor activo.

Uma referência ainda para o facto de, em discurso espontâneo, livre e aberto, os inquiridos associarem maioritariamente a corrupção ao termo “dinheiro”, que, acrescentamos, todos sentimos ser factor central e, diríamos mesmo, determinante na vida diária de cada um de nós.

Numa nota final e em concordância com um certo discurso social que será mais ou menos reinante entre as pessoas, o estudo demonstra inequivocamente que, apesar de serem reconhecidamente ilegais, para os portugueses as acções tendentes ao não pagamento de impostos não se revestem de grande gravidade.

Introdução

NUNCA como no presente a questão da corrupção parece ter estado tão no centro do discurso social e político. Com frequência quase diária, jornais, televisões, rádios e demais meios de comunicação social, dão conta de casos ocorridos, de “*negócios*” suspeitos, e até de opiniões de especialistas acerca do fenómeno. A corrupção, ninguém duvida, é um dos temas centrais da agenda social do presente.

Contudo e contrariamente ao que o discurso pode deixar subentender, as práticas de corrupção não são novas, nem sequer recentes. Sempre ocorreram actos desta natureza, embora, por razões de variada ordem, não tenham apresentado uma carga de gravidade suficientemente forte que lhes conferisse uma atenção de dimensão semelhante à que parece caracterizar o fenómeno nos tempos presentes.

O problema não é novo, nova parece ser a forma como a sociedade olha para ele. Esta foi a razão de fundo que nos motivou à concretização do estudo de que agora damos conta. Qual é de facto a forma como o cidadão comum representa na sua mente o problema do crime de corrupção e, por outro lado, qual é a influência que todo este discurso social, produzido pelos media (concretamente pelos jornais), possui na construção e manutenção dessa representação.

De facto, dizem-nos as teorias das ciências humanas e também o “*feeling*” que todos temos em resultado de sermos seres sociais e culturais, tudo aponta para a existência de uma realidade (de uma certa representação da realidade, para sermos mais exactos) que é socialmente partilhada e sustentada por cada um de nós, que em termos teóricos é conhecida pelo universo das representações sociais, e que funciona como uma espécie de lastro ou de base, sobre a qual tudo se organiza. O facto de o autor deste texto estar agora aqui a comunicar com o leitor apenas é possível porque ambos partilhamos o mesmo código linguístico, que constitui uma parte do universo das representações sociais que cada um de nós possui sobre os objectos do mundo.

De facto, os signos ou símbolos que associamos tanto aos objectos concretos do mundo como às ideias abstractas que produzimos, são criados e partilhados por todos nós para permitirem que comuniquemos. Através dos processos de comunicação, esses signos ou símbolos são socialmente sustentados, a tal ponto que substituem os objectos que

representam e aos quais se referem. Esta relação de substituição de um objecto pelo respectivo símbolo parece-nos de tal forma evidente, que não necessito de trazer aqui determinado objecto para falar dele, nem para o leitor saber perfeitamente a que objecto estou a referir-me. Por exemplo não necessito trazer para esta folha de papel uma árvore para poder falar dela, nem o leitor necessitará de ver a árvore para saber que estou a referir-me a esse objecto, bastando para tal que leia a respectiva palavra. Basta apenas utilizar em sua substituição o símbolo (neste caso um símbolo gráfico composto por uma determinada composição de grafismos) que ambos partilhamos e que na mente de cada um de nós simboliza ou representa esse objecto (no nosso exemplo uma árvore).

Este mundo dos símbolos, que todos ajudamos a criar e a sustentar, por ser aquele com que de facto lidamos e no qual assentamos toda a nossa existência social, adquire uma coerência própria e confere uma lógica (a nossa lógica) ao mundo real, ou seja aos objectos propriamente ditos. Os vários símbolos que o compõem essa representação dos objectos surgem-nos interrelacionados uns com os outros, tornando-se assim, para cada um de nós, naquilo que poderemos designar como a normalidade. A este propósito, Leyens (1988) parece muito claro ao afirmar que *“a ausência de normas é paralisante. Um indivíduo que não tivesse normas e estivesse simplesmente aberto aos “factos puros” seria, na melhor das hipóteses, um débil profundo, um magma negativo. Algo que jaz por terra e digere o que lhe vem parar à boca”*, o que nos leva inclusivamente a podermos defender que toda a existência de cada sujeito é também contextualizada no seio deste quadro de representações do mundo que povoa a mente de cada um de nós.

Porém a sensação de estabilidade resultante da contextualização coerente de todos os símbolos pode ser abalada. Tal acontece por exemplo sempre que nos surge pela frente um objecto novo, que nunca vimos e acerca do qual nunca ouvimos sequer falar, ou apenas que conhecemos mal. Sempre que tal ocorre tentamos de alguma forma contextualizar esse novo objecto no nosso mundo de símbolos. Quando esse processo é conseguido, o símbolo que criamos para representar o novo objecto passa a fazer parte desse nosso mundo das representações, passando a ocupar nele uma posição relativa de tal forma que todo esse mundo se reequilibra, numa nova posição de coerência, da qual passou a fazer parte a representação do novo objecto.

Significa isto que esse nosso mundo coerente das representações sociais não é ilimitado e, como acabámos de ver, tudo o que fica para lá dele, por fugir ao controlo que ele nos proporciona, é visto, se quisermos, como anormal, ilógico e até perturbador.

É neste prisma que podemos olhar para o desvio e para o crime. Os actos criminosos, por não estarem conformes com as expectativas sociais, tornam-se estranhos, anormais, ilógicos, como referimos. Eles afastam-se da denominada normalidade por revelarem comportamentos ou acções que se desviam do contexto normal, ou seja do contexto das expectativas. Nesta perspectiva, os actos desviantes podem ser entendidos como actos que colocam em causa a normalidade do nosso universo, ou seja que abalam a coerência própria do mundo das representações sociais.

Por outro lado, a comunicação social apresenta também um contributo muito importante para a construção do mundo das representações sociais. O discurso que constrói confere também ele uma lógica aos objectos do mundo, nomeadamente aos objectos que não são ou que não estão directamente acessíveis a determinados sujeitos. Assim, através dos meios da comunicação social – dos media, como são vulgarmente conhecidos –, os sujeitos permitem-se alargar o âmbito do seu mundo das representações sociais. O mundo das representações sociais de cada sujeito não é só integrado pelos símbolos dos objectos com que lida directamente, mas também com símbolos de objectos mais longínquos, com os quais por vezes nunca se cruzou, mas que, por exemplo através dos media, lhe chegam a si de uma forma necessariamente associada a um discurso que lhes confere uma determinada lógica.

Serviram estas breves notas de abertura para de alguma forma lançarmos o estudo que realizamos e do qual pretendemos dar conta através do presente documento.

Uma questão que nos tem suscitado algum interesse neste tipo de estudos reside na tentativa de alcance de alguns contornos da forma como os objectos, sejam eles quais forem, são representados (ou vivenciados) pelos indivíduos. Neste caso concreto falamos da problemática das práticas de corrupção em Portugal e da forma como ela é representada pela generalidade das pessoas da população portuguesa. Independentemente das práticas de corrupção serem ou não um problema em si mesmo, e de esse problema possuir maiores ou menores dimensões, o

que este estudo procura conhecer é a forma como as pessoas representam a questão da corrupção nas suas mentes, qual a gravidade que lhe associam e, também, qual a influência que o discurso dos media, particularmente da imprensa escrita, possui nessa representação. Esta é, em poucas palavras mas de uma forma clara, a nossa pergunta de partida para este estudo.

Evidentemente que, por se tratar de uma prática criminosa, o crime de corrupção encontra-se claramente definido na letra da legislação penal portuguesa, e só nesses termos podemos objectivamente falar de corrupção. Contudo e porque o discurso social nos parece por vezes confuso, misturando actos que na letra da lei correspondem a práticas de corrupção com outros que não correspondem, procuramos desde logo conhecer se a representação que as pessoas possuem deste crime tem alguma correspondência com a letra da lei, ou se é distinta e, neste caso, em que medida.

Este estudo parece-nos particularmente pertinente e muito actual, na medida em que, como se disse, estamos perante um problema que o discurso social colocou na ordem do dia, e, nessa medida, entendemos que todos os contributos que possam ser dados e acrescentados ao conhecimento das várias envolventes do fenómeno possuem uma importância evidente, porque permitem conhecer melhor o problema acerca do qual estamos todos a falar, ainda que estejamos a trabalhar ao nível do conhecimento da forma como o problema (o objecto) é socialmente representado. Por outro lado, e independentemente da gravidade e até de algum alarmismo que o discurso social tem conferido à questão, julgamos ser também muito importante o contributo para o conhecimento da gravidade que os cidadãos conferem a estas práticas, nomeadamente se este aspecto encontra algum paralelo com a gravidade que é transmitida pelo discurso social relativamente às práticas de corrupção.

O estudo realizado tem a dimensão de um estudo preliminar (também designado por estudo piloto) e, através dele, partindo de uma pequena amostragem populacional, que pela sua dimensão não podemos de forma alguma considerar representativa da população residente na área da grande Lisboa, pretendemos conhecer alguns traços da representação social da corrupção, qual a dimensão da gravidade que o problema tem junto da amostra considerada e qual a importância que as notícias dos principais jornais editados em Lisboa possuem nessa representação.

Assim e já nas próximas páginas encontraremos um texto definidor da dimensão teórica que consideramos para cada um dos os três conceitos teóricos que utilizamos, que são o conceito “*representação social*”, o conceito de “*comunicação social*” e o conceito de “*desvio e crime*”, na medida em que é neles que apoiamos o modelo teórico de análise e as consequentes hipóteses de trabalho que construímos para análise desta problemática. O modelo teórico e a hipótese de trabalho dele resultante encontram-se definidos e apresentadas no terceiro capítulo.

No quarto capítulo temos então oportunidade de expor a metodologia utilizada para aferição e medição das variáveis e dos respectivos indicadores que foram considerados para efeito deste estudo, apresentando-se também a ferramenta que construímos para proceder a essa medição (o inquérito) e a forma como ela foi aplicada no terreno.

No quinto capítulo damos conta dos resultados práticos alcançados, para depois, no sexto e último capítulo, efectuarmos um balanço desses resultados face à nossa hipótese inicialmente avançada, nomeadamente para verificarmos de forma objectiva em que medida ela se confirma.

1 Conceitos utilizados para abordagem do problema

Para abordagem do problema identificado anteriormente, edificamos um modelo teórico a partir dos noções de “*representação social*”, de “*desvio e crime*” e também de “*comunicação social*”, apresentando-se seguidamente a respectiva dimensão teórica que consideramos relativamente a cada um deles para efeito realização deste estudo.

1.1 As representações sociais como construtoras da ordem

Viver em sociedade, todos de alguma forma o sentimos, implica a existência e o reconhecimento mútuo de uma ordem, de regras, de um código, que permitam a comunicação. Sem regras, sem código, sem uma ordem, seria o caos, a comunicação jamais seria possível e falar-se em sociedade também nos parece que seria coisa difícil, pelo menos como nós a conhecemos.

A noção de “*representações sociais*” grosso modo, não é mais do que esse “*caldo cultural*” em que as sociedades (todas as sociedades) se encontram como que mergulhadas e que funciona, por assim dizer, como uma espécie de lastro social, que é constituído pelos signos, símbolos, sinais e imagens, que todos os sujeitos constituintes da sociedade reconhecem, partilham e sustentam. Como dissemos, no seu conjunto, as representações sociais constituem um código que permite a comunicação inter-individual e a partilha de “*visões*” concordantes e de certa forma uniformes do mundo que nos rodeia.

Será precisamente esta capacidade que as representações sociais possuem para criar códigos de comunicação e a partilha de visões concordantes do mundo que, em nossa opinião, permite que lhe seja atribuída essa capacidade para dar uma certa ordem ao mundo, tornando-o, aos nossos olhos, inteligível.

Sem um código partilhado, a comunicação entre os homens seria impossível e conseqüentemente não haveria qualquer possibilidade de estabelecimento das relações sociais.

1.1.1 Primeiros passos do conceito

A noção de representação social parece ter ganho uma dimensão própria no contexto dos conceitos das ciências sociais, nomeadamente da Sociologia, a partir dos anos 60 do século passado, sobretudo na sequência dos trabalhos de Serge Moscovici, que desde então o vinha trabalhando profundamente.

Efectivamente em “*La Psychanalyse, son Image et son Publique*” (1961), Moscovici autonomizava uma problemática específica para as ciências sociais, qual era a de saber através de que processos o homem constrói a realidade em que vive, referindo-se então pela primeira vez ao termo “*representações sociais*”.

No entanto e apenas para ficarmos com uma breve noção da forma como o conceito evoluiu até então, julgamos importante fazer uma referência inicial a Karl Marx, que, já em meados do século XIX (1859), no âmbito do seu modelo teórico da luta de classes e do domínio do capital, defendeu não ser a consciência do homem a determinar a sua existência social, mas, ao contrário, que seria a sua existência social a determinar a sua consciência (Marx, 1973), ou seja, por outras palavras, a visão que cada indivíduo possui do mundo será muito mais fruto da posição social que ocupa (do enquadramento social em que se insere e que determina essa visão), do que das suas capacidades pessoais para conseguir essa visão. A posição social ocupada por cada indivíduo possui uma influência forte (para não dizer que determina) a forma como esse mesmo indivíduo vê (representa) o mundo que o rodeia e se vê (se enquadra) a si próprio nesse mesmo mundo.

Posteriormente, já mais sobre o final do séc. XIX, também Émile Durkheim abordou a questão da forma como o homem se relaciona com o mundo em que vive. Em “*O Suicido*” e “*As Regras do Método Sociológico*” referiu-se às representações colectivas, que distinguiu das representações individuais. Segundo este autor, a vida social apresenta-se essencialmente formada por representações colectivas, que se distinguem das representações individuais, por serem exteriores ao indivíduo. As representações colectivas (ou representações sociais) seriam, segundo Durkheim, uma produção do todo social, tendo um carácter como que “*coercivo*” sobre os indivíduos, na medida em que se lhes “*impunham*” através dos processos de socialização. No entanto o autor

também afirmava que apesar desse carácter “*coercivo*”, a verdade é que os indivíduos não sentem as representações sociais como tal porque elas emergem naturalmente em resultado do processo de socialização a que são submetidos ao longo de toda a sua existência, não deixando espaço algum para serem questionadas. As representações colectivas, como Durkheim lhes chamou, desempenham assim uma função de manutenção da ordem e da coesão do todo social, emergindo em cada indivíduo de uma forma natural em resultado dos contactos sociais que mantém ao longo de toda a sua existência, como por exemplo no seio da família, da escola, dos grupos de pares, da religião, da ciência, dos mitos e do senso comum (Durkheim, 1898).

Regressando ao séc. XX, mais concretamente aos anos sessenta, para fazer também uma referência natural aos trabalhos de Peter Berger e Thomas Luckmann, nomeadamente ao texto “*A Construção Social da Realidade*” (1966), no qual defendem que, na mente dos indivíduos, a realidade é uma construção elaborada e sustentada por eles próprios, resultante dos processos sociais em que desenvolvem toda a sua existência. Estes autores defendem assim a existência de uma sociologia do conhecimento que deve debruçar-se sobre o estudo dos processos sociais de interiorização do mundo, que estão na base da produção e sustentação das representações que os sujeitos fazem da realidade e que para eles se tornam na própria realidade que representam. Em complemento, afirmam ainda os mesmos autores, a sociologia do conhecimento deveria debruçar-se também sobre os processos através dos quais essa realidade representada se torna objectiva, se institucionaliza e se legitima. Para os autores, as representações sociais revelam possuir uma capacidade para articular de forma dinâmica as dimensões sociológicas (exteriores ao indivíduo) e psicológicas (internas ao indivíduo), que no seu conjunto contextualizam e delimitam a lógica da existência dos indivíduos (Berger e Luckman, 1998).

Perspectivados que estão os grandes passos dados pelo conceito desde a sua autonomização, vejamos seguidamente qual o seu significado nos nossos dias e a dimensão que dele queremos utilizar para efeitos deste nosso estudo.

1.1.2 O que são as representações sociais

Denise Jodelet, autora que também centrou os seus trabalhos em busca do que são as representações sociais, da forma como se criam e da utilidade que apresentam para a existência social do ser humano, apresentou uma definição muito simples mas ao mesmo tempo também muito perceptível do que é a representação social, afirmando tratar-se de uma forma de conhecimento, socialmente elaborado, partilhado e sustentado, com um objectivo prático para a vida social de cada indivíduo no seu relacionamento com os outros que o rodeiam, contribuindo para a edificação de uma realidade que, por se tornar comum a todo um conjunto de indivíduos, permite a comunicação entre eles (Jodelet, 1989).

As representações sociais são por assim dizer uma realidade sociológica que está na base da dimensão social do homem e que por isso mesmo é comum a todas as sociedades humanas. Correspondem à necessidade de produção de uma espécie de plataforma comum (lastro social, como já as chamámos) que permite a comunicação com sentido, com lógica e entendível. As representações sociais permitem a produção de um sentido ou de uma lógica (Vala, 1996), ou seja permitem a própria comunicação.

Para Moscovici, as representações sociais materializam-se através de um conjunto de conceitos, de proposições e de explicações, que são criados pelo homem na sua vida quotidiana, e que resultam do decurso dos processos de comunicação inter-individual (da comunicação com os outros indivíduos da sua sociedade). São, na nossa sociedade, o equivalente aos mitos e aos sistemas de crenças próprias, utilizados pelas sociedades tradicionais, podendo também ser entendidas como uma versão contemporânea do que habitualmente se designa por senso comum (Moscovici, 1981). As representações sociais de uma qualquer sociedade são formadas pelas comunicações quotidianas que os indivíduos estabelecem uns com os outros, que poderemos identificar como o senso comum, e ainda pelas ideologias existentes e partilhadas, pelos eixos culturais, pelo conhecimento científico e também pelas experiências de cada um dos indivíduos. As representações sociais subsistem no tempo sustentadas pelo contínuo desenrolar da vida social que, por seu turno, se desenrola precisamente com base nas próprias representações sociais e devido à sua existência. Contudo e apesar disso elas não cons-

tituem um todo imutável. É o próprio desenrolar da vida social, que se faz através delas, que as vai alterando em certos aspectos, substituindo algumas das representações por outras mais actuais ou mais práticas para o desenvolvimento desse mesmo viver social (Moscovici, 1984). As representações sociais constituem, para cada tempo, um todo coerente e lógico, que se sustenta e actualiza a si próprio.

Em termos gerais, Moscovici (1969) perspectivou as representações sociais como representantes do mundo exterior na mente humana. Para o efeito, comparou a mente a um espelho com uma capacidade para criar imagens de objectos, construindo assim reflexos de tais objectos. A partir desse momento o reflexo passa a representar na mente o objecto que lhe deu origem (o reflexo é construído a partir de um objecto real externo ao indivíduo, para o representar internamente na mente do indivíduo). Trata-se, se assim o entendermos, de um processo de representação ou reprodução do real, através da construção de um conjunto de impressões mentais, provocadas na mente por esse mesmo real.

A construção destes reflexos resulta de todo um processo mental que cada sujeito realiza a partir dos dados sensoriais colhidos pelos sentidos, que podem ser assemelhados a janelas com a faculdade de relacionar a mente humana (interior) com o mundo e todos os objectos que o compõem (exterior).

Para Moscovici este processo não implica qualquer corte ou qualquer perda, por assim dizer, entre o objecto e a respectiva representação na mente, ou seja, o objecto e o respectivo reflexo são essencialmente uma e a mesma coisa (Moscovici, 1969). A representação não é entendida como uma reprodução do objecto, mas essencialmente como uma construção. Será precisamente este estatuto epistemológico e teórico de construção que Moscovici atribui ao conceito de representação e no âmbito do qual desenvolve o conceito de representação social. Neste sentido definido por Moscovici, a representação de um qualquer objecto substitui o objecto propriamente dito, de tal forma que é ela que orienta a interacção social do sujeito. A relação de fidelidade que se constrói entre o sujeito e a representação do objecto na sua mente é de tal forma forte, que a representação assume a dimensão da própria realidade ao que de facto não passa de uma sua representação. Como afirmam Berger e Luckmann (1998, pág. 12), *“o homem da rua habitualmente não se preocupa com o que é “real” para ele e com o que “conhece”, a não*

ser que esbarre com alguma espécie de problema. Dá como certa a sua “realidade” e o seu “conhecimento”.

Os processos de representação apresentam assim uma natureza subjectiva, na medida em parecem ser criações mentais que o sujeito realiza e às quais ficam associados os objectos. A estas criações mentais (as representações sociais) atribui António Marques (1997) a designação de esquemas conceptuais, ou “*interfaces entre o sujeito e o objecto*”, definindo-os como uma espécie de pontes que o sujeito constrói e que se revelam de enorme utilidade, na medida em que permitem que possa relacionar-se com todos os objectos que constituem o mundo em que vive. “*A noção mais intuitiva de representação liga-se à faculdade subjectiva de um sujeito tomar conhecimento do mundo ou dos objectos que o rodeiam (...) a representação é verdadeiramente aquilo que o sujeito coloca diante de si e entre si e a realidade e que por isso envolve uma actividade teórico-prática*” (António Marques, 1997 - pp. 13 a17).

As representações sociais parecem apresentar-se assim, para cada sujeito, como a própria realidade. Esta dimensão repercute-se naturalmente na forma como esses mesmos sujeitos interpretam o que acontece à sua volta a cada momento, repercutindo-se igualmente na forma como cada um deles alcança as respostas que vai utilizando para satisfazer as solicitações que o seu dia-a-dia lhe vai criando. As representações sociais parecem apresentar-se assim como algo de grande utilidade para a vida, nomeadamente para a vida social, de cada um de nós.

Uma vez edificada a representação de um novo objecto com o qual nos relacionemos, a mente tende a enquadrá-la no contexto e na lógica do conjunto das outras representações que construiu anteriormente, por forma a que todo o conjunto se mantenha coerente e fiel a uma lógica já existente (Moscovici e Hewstone, 1984).

Já vimos que uma representação representa sempre um determinado objecto, exprimindo, para cada sujeito, uma relação entre ele e esse objecto, num processo que, segundo Abric, se apresenta com três fases, que identificou como a construção, a modelização e a simbolização. Esta concepção da representação como resultado de um processo com fases sucessivas e distintas, conduz-nos à ideia de estarmos perante um sujeito que é simultaneamente actor e autor. É actor na medida em que é ele que vai ao encontro do mundo, é ele que deseja conhecer o objecto, e é autor porque a partir desse desejo (dessa sua acção), se relaciona

com o objecto e constrói dele uma imagem (uma representação). Contrariando a perspectiva de Moscovici, que vê a representação como um reflexo do objecto, Abric diz-nos que a representação de um objecto é antes o produto do confronto da actividade mental de um sujeito com as relações complexas que este mantém com o objecto. Trata-se, numa palavra, de uma representação feita à imagem do sujeito (Abric, 1987).

De acordo com esta perspectiva e aceitando-a, somos levados a considerar que o mesmo objecto pode naturalmente suscitar imagens mais ou menos distintas (pelo menos não coincidentes) que variam de sujeito para sujeito. Neste sentido, quando falamos de representações sociais como uma realidade partilhada, estamos naturalmente a referir-nos aos aspectos comuns (partilhados) da imagem que o mesmo objecto suscita nos diversos sujeitos.

1.1.3 Em que sentido falamos de representações sociais

Se perspectivarmos a questão a partir de um ponto de vista quantitativo, poderemos entender que uma representação é social se corresponde a uma representação que é partilhada por um conjunto de indivíduos. Contudo a utilização deste critério parece insuficiente para nos permitir ter uma noção minimamente exacta do que são de facto as representações sociais, nomeadamente porque não permite aferir os processos através dos quais tais representações partilhadas são construídas, nem as formas que levam à edificação de tal partilha (Vala, 1996).

Relativamente a esta dimensão da partilha de representações, e se utilizarmos um critério genérico e simplista, julgamos poder dizer que uma representação é social na medida em que é produzida e sustentada colectivamente por um determinado conjunto de indivíduos. “*As representações sociais são um produto das interacções e dos fenómenos de comunicação no interior de um grupo social, reflectindo a situação desse grupo, os seus projectos, problemas e estratégias*” (Vala, 1996, pág. 357).

O critério da partilha social das representações, centra o conceito das representações sociais na actividade social dos indivíduos no pressuposto de as representações sociais permitirem estabelecer a comunicação entre os indivíduos e serem ao mesmo tempo fruto desse processo

comunicativo. As representações sociais estabelecem e delimitam a actividade cognitiva e simbólica dos indivíduos.

Finalmente e ainda dentro desta perspectiva de dinâmica social dos indivíduos, as representações sociais revelam-se portadoras de uma utilidade muito concreta e que se manifesta na capacidade que possuem de contribuir para a formação e para a orientação das comunicações e dos comportamentos dentro da sociedade que as produz e que as utiliza. Tendem, por assim dizer, a ser uma espécie de ferramenta que permite a comunicação entre os indivíduos, bem assim como todos os aspectos que são inerentes à comunicação, como dar forma às relações sociais entre os indivíduos, orientar os seus comportamentos. Numa palavra, as representações sociais dão forma às relações sociais. Para Moscovici (1961), estas são razões muito poderosas que por si só parecem justificar a necessidade de os grupos humanos criarem, partilharem, sustentarem e utilizarem as representações sociais.

Esta perspectiva de análise das representações sociais, segundo a qual elas oferecem uma base programática (uma espécie de código) para a comunicação e para a acção social, por referência aos objectos que constituem o mundo onde se desenrola toda a acção social, levamos a perspectivar as representações sociais como uma espécie de teoria social prática (de senso comum como já se disse anteriormente). Pelas palavras de Jodelet (1984), as representações sociais constituem-se num saber prático. Ou ainda, como refere Doise (1990), as representações sociais são os organizadores das relações simbólicas entre os actores sociais.

É neste quadro definido pelas dimensões de criação, sustentação e partilha colectiva que as representações sociais se devem perspectivar como resultado de uma produção socialmente regulada e com uma funcionalidade comunicacional e comportamental. Em suma, as representações sociais devem ser entendidas como uma realidade operativa que se apresenta ao mesmo tempo com funções sociais e culturais relevantes.

Uma questão que alguns cientistas sociais costumam colocar prende-se naturalmente com o conhecimento dos processos que permitem a formação das representações sociais, quais os factores que estão na sua génese, e quais os que permitem a sua sustentação. Os estudos realizados parecem revelar que tais factores se prendem essencialmente com

duas ordens distintas, uma interna a cada sujeito, que os autores definem como processos sociocognitivos, e outra, essencialmente externa aos sujeitos, e que os autores definem como factores sociais. Nesta linha de investigação, as representações sociais parecem resultar de processos dinâmicos que a cada momento resultam da intervenção de factores de ambas as ordens identificadas, ou seja de aspectos sociocognitivos e de factores sociais (Vala, 1996).

Um dos autores que mais se tem debruçado sobre o estudo das representações sociais, como já se viu, trata-se de Serge Moscovici, que nos processos de construção e utilização das representações sociais refere a existência de dois aspectos, que identificou como “*objectivação*” e “*ancoragem*”, e que estão interligados um ao outro de uma forma quase recorrente (Moscovici, 1961). Vejamos a forma como o autor caracteriza cada um destes dois aspectos:

- A “*objectivação*” refere-se à forma como a mente organiza os diversos elementos que no seu conjunto constituem a representação, bem assim como os processos que permitem que tais elementos se materializem e formem uma realidade (a representação) que o sujeito vê como natural (o objecto). Por outras palavras, a *objectivação* corresponde ao processo que conduz à construção, na mente do sujeito, da representação do objecto, e com a qual o sujeito lida como se do próprio objecto se tratasse;
- Por “*ancoragem*” pretende o autor referir-se ao processo associado à forma como as representações sociais se associam com o objecto propriamente dito. Cronologicamente pode dizer-se que a “*ancoragem*” tanto precede como se posiciona na sequência da “*objectivação*”. Por um lado a relação do sujeito com um objecto novo carece de uma “*ancoragem*” a representações de outros objectos anteriormente criadas. Quando um sujeito se quer relacionar com um novo objecto, o seu universo de representações encontra-se integrado pelas imagens de outros objectos com que se relacionou anteriormente. A “*ancoragem*” resulta do recurso a tais imagens, anteriormente criadas, para se relacionar com o novo objecto que tem pela frente. A construção de representações de novos objectos é assim contextualizada por referência a experiências e esquemas de pensamentos anteriores. Os processos

de “*ancoragem*” na construção de representações remetem-nos para a ideia de que o universo das representações dos objectos do mundo forma um todo coerente.

Deste ponto de vista, as representações sociais ajustam-se numa espécie de rede de significados que permitem a “*ancoragem*” de cada acção e a atribuição de um sentido a acontecimentos, comportamentos, pessoas, grupos, factos sociais, enfim tudo o que possa constituir-se como objecto para o sujeito. As representações sociais tornam-se assim num código de interpretação do real, no qual é “*ancorado*” todo o objecto novo para o sujeito, ou seja toda a realidade que não lhe é ainda familiar, quer por lhe ser desconhecida, quer por lhe ser imprevista.

“As representações sociais serão assim o quadro no interior do qual adquirem sentido os sistemas de categorização. Classificar uma pessoa como neurótica, pobre ou liberal não é constatar um facto, é atribuir uma posição numa taxonomia que decorre de representações sobre a doença mental, a natureza humana ou a natureza das relações sociais. Neste sentido, a “ancoragem” como categorização, funciona como estabilizador do meio e como redutor de novas aprendizagens”. (Vala, 1996, pág. 362).

1.1.4 As representações sociais variam de grupo para grupo

Se pretendermos compreender a evolução, a organização do conteúdo e a extensão das representações sociais, é necessário que analisemos o conceito como um elemento interveniente nos processos de dinâmica social. Relativamente a esta dimensão social, Moscovici afirma que o conjunto das representações sociais partilhadas no seio de uma sociedade resulta de um processo edificado, e de certa forma determinado, pela estrutura social dessa mesma sociedade.

Se atentarmos que a estrutura social de uma sociedade nos remete para aspectos como as clivagens, as diferenciações, as relações de subordinação e de dominação entre os grupos sociais, de entre muitos outros aspectos, verificamos ser então possível pensar que tais aspectos diferenciadores se reflectem também na forma como as representações sociais são construídas. Temos assim, pelo menos, de admitir a possibilidade de diferentes grupos sociais, de uma mesma sociedade, possuírem diferentes representações sociais relativamente a um mesmo ob-

jecto (Moscovici, 1961, Tajfel, 1983). Por exemplo, julgamos ser fácil concordarmos que a forma como um advogado representa o sistema de justiça do seu país seja distinta (para não dizer muito distinta) da forma como essa mesma realidade é representada por um seu concidadão, com uma formação escolar mínima e com uma actividade profissional totalmente desligada do sistema de justiça.

1.1.5 Funções das representações sociais

Depois de termos tentado caracterizar alguns dos principais aspectos do significado do conceito de representação social, nomeadamente da importância que as representações sociais possuem enquanto forma de saber funcional, ou como teorias sociais práticas se assim se entender, vejamos agora algumas das funções que possuem nos processos de interação social, questão de que nos ocuparemos nas próximas linhas.

Como vimos anteriormente, as representações sociais constituem-se como um sistema coerente de interpretação do mundo, que permite que cada sujeito se relacione com todos os objectos desse mundo e com os outros sujeitos de uma forma coerente e lógica. Este aspecto pode levar-nos um pouco mais longe, como nos diz Íbañez, que, partindo do pressuposto que as representações sociais contribuem para a forma como os sujeitos se relacionam com novos objectos do mundo, verificou que as representações sociais, por se constituírem como um quadro lógico e coerente, contribuem para a construção de si próprias. “*As representações sociais contribuem para constituir o objecto do qual são uma representação*” (Íbañez, 1988, pág. 37).

O que esta conclusão significa é que dentro da coerência própria do quadro das representações sociais, o sujeito tende a construir a imagem de um novo objecto a partir dessa coerência e dentro dela (essa coerência apropria-se, de forma coerente, desse novo objecto), e não a questionar todo o sistema que já adquiriu, e que dá como certo, face ao novo objecto que agora está na sua frente.

Em face desta constatação e na sequência de uma outra apresentada anteriormente, em que se assinalou que a especificidade resultante do posicionamento de cada grupo dentro do todo social contribui para a especificidade das representações sociais edificadas por cada um dos grupos, então poderemos inferir que a especificidade das representações

sociais contribui, por seu turno, para essa diferenciação dos grupos sociais (Moscovici, 1961). Esta verificação significa que poderemos considerar as representações sociais no contexto dos fenómenos de identidade social e também entre os fenómenos de diferenciação social. Esta verificação significa, por outras palavras, que uma mesma questão ou um mesmo problema não é analisado da mesma forma por todos os grupos sociais.

Por outro lado, a edificação, manutenção e partilha de um sistema comum de representação e interpretação do mundo, associado a um código linguístico, também ele edificado, mantido e partilhado pelos indivíduos de uma sociedade, parecem ser condições de grande importância para que a comunicação interpessoal se processe.

As representações sociais são assim um dos principais suportes da comunicação entre os indivíduos que constituem uma sociedade (Rimé, 1984). E o que é a comunicação senão um processo de descrição, de avaliação e de explicação das representações sociais de que cada sujeito é portador. O funcionamento das representações sociais pode então ser caracterizado pela capacidade de transformar uma avaliação numa descrição, e uma descrição numa explicação (Moscovici e Hewstone, 1984).

Ao situarmos a função das representações sociais na actividade da comunicação interpessoal, verificamos que as representações sociais possuem um papel central e porventura determinante na orientação das actividades avaliativas e explicativas, que na prática correspondem aos conteúdos de cada um dos processos de comunicação.

Elejabarrieta (1990) sintetizou, de uma forma que nos parece clara, os aspectos presentes no processo de criação, sustentação e partilha das representações sociais. Segundo o autor, as representações sociais possuem um carácter generativo e construtivo sobre os aspectos da vivência quotidiana. O conhecimento das representações sociais passa pela análise dos actos de comunicação, nomeadamente da interacção entre indivíduos, grupos e instituições, pelo que a linguagem e a comunicação se tornam mecanismos centrais de todo o processo, na medida em que é através deles que se cria, se transmite e se partilham as representações, que assim assumem o lugar da própria realidade.

As representações sociais constituem assim uma orientação para a acção na medida em que modelam e constituem os elementos de um

contexto em que um comportamento terá lugar (Moscovici, 1976). Ou seja, a acção envolve um sistema representacional que permite logo à partida contextualizar o novo objecto na rede das representações já existentes.

É esta dimensão social das representações sociais que lhe confere a capacidade de instituir uma ordem ao mundo e aos objectos que dele fazem parte e, de sustentar essa mesma ordem de uma forma partilhada pelos indivíduos de uma sociedade.

1.2 O desvio como desafio da ordem

Como vimos na nota de abertura, o desvio, que nas formas de maior censurabilidade assume a designação de crime, existe, pelo menos em potência, automaticamente a partir do momento em que se fixam as regras (as normas). Regra e desvio estão condenadas a conviver. Se anteriormente tentámos definir o conceito de representações sociais tal qual o aceitamos para este estudo, no presente ponto procuraremos dar uma noção do que é o desvio, de como ele tem sido estudado pelas ciências do homem, entrando depois na concepção de crime económico e, dentro dela, das características que o crime de corrupção parecer ter.

A questão do desvio, nas suas diversas variantes (individual, grupal, cultural, social, e outras) tem suscitado alguma vivacidade teórica no campo das ciências humanas, dados os diversos prismas a partir dos quais tem sido analisada. Se por um lado alguns teóricos se têm debruçado sobre a questão de saber o que é afinal o desvio e que características possui o desviante (aquele que infringe as normas), outros autores há que têm considerado que o que importa verdadeiramente conhecer são os processos sociais que conduzem à definição e sustentação das próprias normas (ou das regras), uma vez que, segundo eles, será também a partir de tais processos que se define o desvio. Dentro desta perspectiva, norma e desvio tendem a ser vistas como criações sociais, frutos do mesmo processo, o qual, ao definir as regras, define também, ao mesmo tempo, de forma automática e implícita, o desvio (ou seja a possibilidade de infracção dessas mesmas regras).

Regra e desvio funcionam, ainda dentro do mesmo pressuposto, como duas faces de uma mesma moeda. Por um lado e enquanto problema social, o desvio apresenta-se como contraponto à norma e até

como razão (justificação) da sua existência, e, por outro lado, a regra afirma-se, sustenta-se e justifica-se pela existência (ou pelo menos pela possibilidade de existência) de actos desviantes que a contrariam.

Em termos genéricos e independentemente do prisma através do qual se queira olhar para a questão, parece-nos razoável acolhermos a ideia de que desvio (qualquer tipo de desvio) corresponderá a todo o acto que contraria as normas sociais (as normas criadas, sustentadas e praticadas pela generalidade dos indivíduos que constituem a sociedade), sendo o desviante todo aquele que pratica tais actos. Em complemento e em virtude de cada acto desviante se poder perspectivar como uma tentativa de desagregação da ordem instituída, as sociedades criam mecanismos de controlo e preservação da ordem (da norma), aplicando sanções a todo o indivíduo que as despreze. A este propósito diz-nos Giddens, “*as nossas sociedades desmoronar-se-iam se não cumpríssemos as regras que definem certos tipos de comportamento como correctos em determinados contextos e outros como inapropriados*” (Giddens, 2000, pág. 214).

1.2.1 Breve resenha histórica da evolução do conceito

A questão do desvio e do crime começou a ser estudada pelas ciências sociais ainda no séc. XIX, através da denominada escola positivista, que, enquadrada pelas teorias de evolucionistas de Charles Darwin então em voga, defendia, em traços muito gerais, que qualquer acto desviante representava como que um retrocesso na evolução da espécie humana, desenvolvendo inclusivamente todo um conjunto e trabalhos laboratoriais, como os que foram efectuados de entre outros por Lombroso, que associavam determinadas características fisiológicas a maiores ou menores tendências para a prática de crimes.

Foi somente no séc. XX que as ciências humanas começaram a olhar para o meio social em que o homem desenvolve toda a sua actividade como um meio com potencialidades para poder explicar, se não no todo, pelo menos em parte, alguns dos actos desviantes praticados por esse mesmo homem.

Foi neste novo paradigma que nasceram e se desenvolveram linhas de pensamento como o funcionalismo, o interaccionismo e o estruturalismo, para citar apenas de maior amplitude teórica.

Se o paradigma do século XIX centrava a sua análise apenas no desviante, tentando encontrar nele características que o diferenciavam dos não desviantes e permitindo predizer tendências futuras para a prática de actos desviantes (e de crimes) em indivíduos portadores de características semelhantes, os paradigmas das linhas de pensamento que lhe sucederam no século XX, procuraram encontrar explicações e razões na própria sociedade para a existência de actos desviantes. Assim e de acordo com o modelo funcionalista, a questão do desvio (e do crime) é funcional, ou seja apresenta aspectos positivos para a dinâmica do todo social (uma das funções do crime, diz-nos Durkheim, é precisamente a de manter a validade das normas ou das regras e de manter a coesão social em torno delas). A aplicação de uma sanção ao desviante é a ocasião para a sociedade acreditar que possui normas e que elas são efectivas, ou seja, que existem e devem ser respeitadas (Dias e Andrade, 1984).

Relativamente ao interaccionismo, essencialmente ligado à escola sociológica americana, pretendia essencialmente conhecer as reacções sociais ao crime e os processos como são definidas as próprias regras.

É no âmbito deste modelo que destacamos a criação do conceito de estigma, criado por Erving Goffman (1988), que nos diz que ao aplicar o rótulo de desviante a um indivíduo que praticou um acto dessa natureza, a sociedade está automaticamente a reduzir-lhe as possibilidades de sucesso social relativamente a todos os sujeitos aos quais esse rótulo não foi aplicado.

Foi também neste modelo de abordagem da questão do desvio que Howard Becker (1963) afirmou que o desvio é resultante de um processo de construção social, na medida em que são os próprios grupos sociais que, ao elaborar as regras de funcionamento da sociedade, criam automaticamente os espaços para a ocorrência dos actos desviantes.

O modelo estruturalista assenta as suas premissas na teoria da luta de classes de Karl Marx. De acordo com este modelo, os actos desviantes são também resultado da dinâmica da luta de classes. Peter Aggleton (1993), autor afecto a esta corrente de pensamento, defende que o desvio tende a estar associado essencialmente a indivíduos de classes sociais mais desfavorecidas, na medida em que estas estão afastadas dos processos de criação das regras, as quais, por serem elaboradas pelas

classes sociais mais favorecidas, tendem a proteger os seus próprios interesses em detrimento dos interesses das restantes.

1.2.2 A gravidade social do desvio (e do crime)

Um dos aspectos a que a ciência criminológica tem dado alguma atenção reside na gravidade que a sociedade atribui às práticas criminais. Os trabalhos de Sellin e Wolfgang (1964) permitiram, através da utilização de um questionário, a medição da percepção social da gravidade de um determinado conjunto de delitos. Aos inquiridos foi apresentado um conjunto de diversas situações hipotéticas de práticas criminais às quais deveriam atribuir uma maior ou menor de gravidade. Em resultado deste trabalho foi possível estabelecer-se uma hierarquia das várias situações apresentadas em função da percepção social da respectiva gravidade. Este método, diz-nos Cusson (2006), permite conhecer a noção de crime tal como é representada pela consciência colectiva de uma sociedade. O conhecimento da representação da gravidade de um crime, diz-nos ainda Cusson (2006), é um indicador de grande importância que permite verificar a “*quantidade de crime*” que os sujeitos representam associado a um determinado acto.

1.2.3 O conceito de crime de colarinho branco

O conceito de crime de colarinho branco, ou “*white collar crime*”, como é vulgarmente conhecido, foi criado em 1939 por Edwin Sutherland, por alusão precisa ao facto de se tratar de um tipo de criminalidade praticado por indivíduos socialmente bem posicionados. Segundo Sutherland, a posição social deste indivíduos tinha uma relação directa com o facto de as instâncias formais de controlo do crime lhes concederem um tratamento diferenciado sempre que eram suspeitos da prática de um acto dessa natureza, e que na prática levava a que lhes fossem tendencialmente aplicadas penas mais brandas do que em relação a outros casos semelhantes praticados por sujeitos de condição social mais baixa.

Se Sutherland associava este tipo de crime à profissão e, acima de tudo, à posição social do criminoso, Edelhertz, segundo nos diz C.Santos (2001), veio posteriormente a redefinir o conceito para os seguintes termos: o crime de colarinho branco é todo o “*acto ilegal, ou série de actos ilegais, praticados através de meios não físicos e com*

dissimulação ou engano, para obter dinheiro ou bens, para evitar o pagamento ou perda de dinheiro ou bens, ou para obter vantagens negociais ou pessoais". Julgamos poder enquadrar perfeitamente as práticas de corrupção no seio desta definição de "*white collar crime*", que, contrariamente à primeira, não se centra tanto na posição social do criminoso, mas mais no tipo de benefícios que em regra estão associados à sua prática, como são o caso da obtenção de dinheiro, de bens, de vantagens negociais ou pessoais.

1.2.4 A questão do crime de corrupção

Concretamente em relação à caracterização do crime de corrupção, que é o que verdadeiramente se avalia neste estudo, há apenas que referir que corresponde à compra de uma decisão geralmente da esfera administrativa, e pressupõe a existência de duas partes. Por um lado, o funcionário de um qualquer serviço administrativo (geralmente de serviços públicos) que, em razão das suas funções profissionais, tem em mãos o dever de tomar decisões que afectam os particulares, e, por outro lado, cada um desses particulares que, a troco de um pagamento (em dinheiro ou sob a forma de bens), "*compra*" a decisão do funcionário no sentido de a tornar favorável às suas próprias pretensões. À primeira das partes identificadas (ao funcionário dos serviços administrativos) dá-se habitualmente a denominação de corruptor passivo, e ao segundo (ao particular que compra a decisão do funcionário) é habitual designar-se como corruptor activo. Estas duas formas de corrupção encontram eco no ordenamento jurídico penal português (Decreto-Lei 48/95 de 15 de Março) nos artigos 372^o, 373^o e 374^{o1}, podendo verificar-se que são

¹O art.º 372º do Código Penal português tem como título "corrupção passiva para acto ilícito" e a definição do acto do crime de corrupção passiva apresenta-se com o seguinte texto:

"O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos".

O art.º 373º tem como título "corrupção passiva para acto lícito" e apresenta a definição do acto do crime em tudo semelhante ao anterior variando apenas na respectiva pena e particularmente no facto de, naquele caso, a decisão do funcionário ser contrária à que normalmente deveria tomar e, neste outro artigo, a corrupção ocorrer

puníveis com penas diferentes, decorrendo daqui que é a própria lei que considera que o acto da corrupção passiva é mais grave do que o acto da corrupção activa sendo por isso mais censurável e admitindo uma moldura penal mais gravosa.

Por outro lado ainda, o fenómeno da corrupção apresenta também dois níveis de certa forma distintos. A denominada grande corrupção, ou corrupção e topo, que geralmente se encontra associada aos grandes negócios existentes entre os sectores público e privado. Este nível do fenómeno, pela dimensão que possui, requer que muitas das vezes exista uma espécie de organização composta por várias pessoas que no seu conjunto e de forma articulada praticam o crime, conferindo-lhe, muitas das vezes, uma dimensão de organização.

Num nível mais inferior, temos a pequena corrupção, também conhecida por corrupção endémica, que funciona ao nível dos poderes funcionais dos funcionários de base e intermédios dos serviços administrativos. Esta corrupção endémica tende a resultar de acordos pontuais estabelecidos e concretizados entre tais funcionários e os particulares que necessitam da sua decisão administrativa e que, em resultado desse acordo, a “*compram*” tornando-a mais favorável aos seus intentos. Este nível da corrupção não parece apresentar um carácter tão organizado como o que anteriormente se descreveu, embora, pela frequência com que ocorre possa na sua globalidade envolver montantes de dimen-

mesmo nas situações em que o funcionário tomou a decisão que deveria normalmente ter tomado.

“O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer acto ou omissão não contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias”.

Já o art.º 374º, que tem como título “corrupção activa”, define o acto do crime de corrupção activa nos seguintes termos:

“1 - Quem por si, ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial que ao funcionário não seja devida, com a fim indicado no artigo 372º, é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos.

2 - Se o fim for o indicado no artigo 373º, o agente é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 60 dias ”.

sões idênticas, ou até superiores, aos que se movimentam na grande corrupção (Rose-Ackerman, 2002 e Porta, 1995).

Pelas características que apresenta, a corrupção é claramente um crime que se enquadra na noção de “*white collar crime*” de Edelhertz, já aqui apresentada, sendo também um crime que se enquadra na criminalidade económica e financeira, na medida em que envolve movimentos ilícitos de capitais e, quando os montantes resultantes da sua prática se tornam de dimensão muito considerável, podem mesmo dar origem a fenómenos como a economia paralela, o desvirtuamento das regras de concorrência dos mercados, o branqueamento de capitais, que é também em si um outro crime, e ainda de outros, enfim o empobrecimento dos serviços administrativos de um país.

1.3 O papel da comunicação social

O terceiro conceito que importa abordar neste estudo é o de comunicação social, na medida em que corresponde a uma realidade que parece desempenhar um papel muito importante ao nível da construção das representações sociais do mundo, nomeadamente dos objectos que não estão directamente acessíveis. A comunicação social parece desempenhar uma função de aproximação do mundo, tornando próximos factos que ocorrem a muitos milhares de quilómetros de distância ou que, ocorrendo próximo de nós, por terem um carácter privado, se tornam também distantes, como é o exemplo das práticas de corrupção.

O fenómeno da comunicação social cresceu e massificou-se ainda durante o século XX e paralelamente a esse crescimento, sucederam-se também os estudos das ciências humanas sobre esta nova realidade que era a comunicação de forma massiva, nomeadamente sobre os efeitos que ela tinha sobre as audiências. A grande parte de tais estudos foi realizada numa perspectiva de conhecer e avaliar os riscos de os meios de comunicação social deterem uma grande capacidade para construir determinadas representações acerca dos fenómenos noticiados, ou seja de deterem uma capacidade forte para construir um discurso sobre a realidade com um determinado sentido (um discurso tendencioso).

A primeira grande teoria explicativa do papel da comunicação de massas deve-se a George Creel, Lasswell, Chakhotin e Doobs e surgiu logo após (1920), e em sequência, do desfecho da 1ª Guerra mundial.

Ela apontava no sentido de a comunicação de massas ter um poder muito forte para moldar o pensamento das populações, que viveriam quase à sua mercê. Esta afirmação resultou do facto de durante a guerra o aparelho de propaganda aliado ter feito lançar sobre as populações dos respectivos países panfletos de conteúdo muito negativo acerca das qualidades dos soldados alemães provocando assim em tais populações um ódio muito grande para com os soldados alemães. Esta teoria ficou conhecida como a “*teorias das balas mágicas*”, que assemelhava a comunicação social a uma espécie de campo de tiro em que as mensagens eram assemelhadas a balas e os destinatários a alvos indefesos, que caíam logo que atingidos (Santos, 2001).

Estes primeiros estudos lançaram logo ondas alarmistas de cepticismo acerca do papel da comunicação social e, porventura em resultado destes resultados e deste cepticismo que se gerou, os estudos subsequentes que têm sido realizados acabam de alguma forma por reflectir algum cuidado em precisar a questão dos efeitos causados pela mensagem junto dos destinatários (Santos, 2001).

A existência de um qualquer processo de comunicação pressupõe pelo menos a existência de um emissor e da respectiva mensagem, de um canal, através do qual se processa a comunicação dessa mensagem, e de um receptor, também conhecido por destinatário da mensagem. Os estudos científicos que têm sido realizados acerca do papel e do poder dos meios de comunicação social reflectem de alguma forma esta mecânica e de uma maneira geral têm-se desenvolvido em torno dos referidos vectores. São assim conhecidas diversas explicações teóricas resultantes de estudos centrados no emissor e no conteúdo da sua mensagem, outras explicações resultam de trabalhos centrados no estudo dos meios utilizados para canalizar as mensagens até ao destinatário, e ainda outras explicações resultantes de estudos centrados no destinatário da mensagem, nomeadamente na capacidade de filtrar os efeitos que as mensagens possam produzir si.

Independentemente do ângulo através do qual se olhe para o papel da comunicação social, de todos eles parece resultar um aspecto comum que se prende com o facto de a comunicação social, pelo simples facto de construir um discurso sobre o real, apresentar sempre e porventura de forma incontornável um carácter tendencioso sobre a forma como o objecto noticiado deve ser olhado.

Esta tem sido de facto a questão central de todos os estudos realizados acerca desta problemática. Os meios de comunicação social determinam ou constróem as imagens dos objectos que são a base das suas notícias, ou essa dimensão fica apenas limitada a uma capacidade de influência e, neste caso, com diversa gradação, ou seja com distinta capacidade de impacto sobre os destinatários. Por outro lado, e estas são também questões que têm acompanhado os cientistas que se debruçam sobre este campo concreto do conhecimento, terão os destinatários das mensagens alguma capacidade para escapar ou para se defenderem desse efeito transmitido pelos media? Num ponto parecem estar todas as teorias de acordo: os meios de comunicação de massas produzem efeitos nos destinatários. Mas não é verdade que qualquer acto humano tem essa potencialidade? O problema será determinar a amplitude e as características desses efeitos (Santos, 2001).

2 Problemática

Apresentados que estão os três conceitos teóricos utilizados neste estudo, é chegada agora a ocasião para apresentarmos o modelo teórico que edificamos com os referidos conceitos e através do qual vamos olhar para o problema que pretendemos analisar e que já lançamos através da pergunta de partida logo no capítulo introdutório deste texto, mas que aqui deixamos novamente.

Dizíamos então, nessa pergunta de partida, ser nossa intenção contribuir para o estudo das representações sociais da corrupção, independentemente do facto de a questão da corrupção ser ou não um problema em si mesmo, ou sequer da real dimensão que o problema possa ter. Como também já referimos, a questão da corrupção nunca como agora parece ter estado no centro do discurso social e, nessa medida, o que procuramos conhecer é a forma como as pessoas simbolizam a questão nas suas mentes, qual a gravidade que lhe associam e, também, qual a influência que o discurso da imprensa escrita possui nesse olhar.

Vimos no capítulo anterior que as representações sociais correspondem à forma como representamos na nossa mente os vários objectos do mundo. Desta forma é perfeitamente admissível que a generalidade das pessoas tenha uma representação do que é a corrupção. Claro que cada sujeito há-de representar a corrupção com determinadas particularidades, algumas delas únicas ou, pelo menos, mais incomuns, havendo também um núcleo de características que se revelam de certa forma comuns às representações dos diversos sujeitos, sendo precisamente este núcleo, por assim dizer, que corresponde à representação social partilhada e sustentada pela sociedade.

É precisamente para o conhecimento de algumas particularidades desse núcleo de percepções comuns da corrupção que viramos este estudo, através do qual pretendemos de facto conhecer algumas das percepções partilhadas pelas pessoas residentes na área da grande Lisboa acerca do que é a corrupção, qual sua gravidade que o problema representa e qual o peso que as notícias de crimes dessa natureza, divulgados pela imprensa, possui nessa representação.

Vimos também que as representações sociais, no seu todo, configuram uma determinada lógica do mundo (a lógica que cada um de nós possui do mundo e no seio da qual enquadra a sua existência so-

cial) e que para lá dessa lógica do mundo, fica todo um universo desconhecido, que inclui também as situações desviantes, por se apresentarem desconformes com essa lógica. Falámos assim dos grandes pressupostos teóricos de análise das formas do desvio, para chegarmos à questão da corrupção, cujas práticas são consideradas, na letra da lei penal, como crimes, ou seja como actos desviantes com uma carga de gravidade grande. Verificámos ainda que a respectiva definição criminológica, pelas particularidades próprias das práticas de corrupção, inclui este crime na família dos crimes de colarinho branco (ou “*white collar crime*”, como é universalmente conhecida).

Vimos ainda que os media parecem possuir uma certa capacidade para orientar, ou pelo menos para influenciar, o discurso social em torno dos objectos que noticiam. Essa tem sido aliás uma das preocupações dos estudiosos do fenómeno, tentar medir a capacidade de os media determinarem a representação social dos objectos que dão corpo às notícias que divulgam. Por outro lado e apesar do pressuposto de alguma desconfiança, parece pacífica a aceitação da utilidade social dos media, por terem claramente a função permitirem trazer à luz do dia muitos dos factos de interesse social que ocorrem em espaços sociais não públicos e que doutra forma tenderiam seguramente a ficar sempre na sombra, como parece ser o caso flagrante dos casos de corrupção e da esmagadora maioria dos crimes.

A abordagem da nossa pergunta de partida em função da conjunção dos três conceitos identificados, permite-nos apresentar a nossa hipótese geral de trabalho. Porém, antes de a apresentarmos, julgamos importante tecer algumas considerações acerca da importância da definição de uma hipótese geral de trabalho em estudos desta natureza, na medida em que, tal como nos diz Quivy (1992), da sua existência e da sua qualidade depende uma melhor forma de condução e da qualidade dos resultados de um estudo de carácter sociológico, na medida em que a própria hipótese geral há-de definir também a ordem e o rigor que toda investigação deve seguir, sem que por essa razão se sacrifique o espírito de descoberta e de curiosidade, que deve caracterizar um trabalho científico desta natureza e deve ser o motor de motivação de quem o realiza.

A hipótese geral deve conjugar a reflexão dos conceitos teóricos e um conhecimento preparatório do fenómeno que pretende estudar-se e exprime-se como uma preposição que o investigador faz acerca do

fenómeno que estuda. Será na prática uma afirmação elaborada pelo investigador que exprime algo do género “*penso que é nesta direcção que se deve procurar, que esta pista será a mais fecunda*” (Quivy, 1992, pp.120).

Uma hipótese é sempre uma resposta provisória a uma pergunta (à pergunta de partida). Por esta razão é que é importante que a pergunta de partida seja perfeitamente clara e linear e a respectiva resposta avançada pelo investigador deva correlacionar duas ou mais variáveis cuja verificação ou mediação seja posteriormente concretizada através do método experimental e com o auxílio de uma ferramenta que o investigador terá especialmente de construir para esse efeito, como são exemplo os inquéritos, os questionários, as histórias de vida, etc.

Se os dados recolhidos da realidade através dessa ferramenta de experimentação confirmarem a hipótese (a tal resposta provisória), ela passa a designar-se por tese e pode acrescentar-se ao corpo teórico já conhecido e que esteve afinal na sua origem (Quivy, 1992).

Muitas vezes a hipótese geral torna-se difícil de manusear como um todo. Nestes casos ela deve ser desdobrada em hipóteses mais simples e manuseáveis, que no seu conjunto devem expressar a hipótese geral. Estas hipóteses mais simples e manuseáveis são habitualmente denominadas como hipóteses operacionais ou hipóteses operativas (Hill, 2005) e, tal como qualquer hipótese definida no âmbito de um estudo de carácter sociológico, devem ser integradas por indicadores mensuráveis e cuja medição permita então a respectiva confirmação ou infirmação.

Apresentadas estas breves considerações de carácter teórico acerca do que são as hipóteses, da importância determinante que a definição de uma boa hipótese possui para o alcance de bons e úteis resultados no estudo a realizar, vejamos então as hipóteses que propomos neste estudo:

Definimos assim da conjugação da pergunta de partida com os conceitos teóricos apresentados a seguinte hipótese geral:

– *A representação social que as pessoas residentes na área da grande Lisboa possuem das práticas de corrupção varia em função da idade, do género, das habilitações literárias, da profissão e da frequência do contacto com notícias jornalísticas de actos dessa natureza. Essa representação contempla uma maior diversidade de situações típicas do que as enquadram a definição legal deste crime; apresenta variações*

de gravidade em função dos valores envolvidos no acto da corrupção; e também em função da actuação do corruptor activo face à actuação do corruptor passivo;

Apresentando-se a nossa hipótese geral composta por diversas dimensões, como se acabou de verificar, há que proceder à respectiva subdivisão nas seguintes seis hipóteses operacionais:

- 1. A representação social que as pessoas residentes na área da grande Lisboa possuem da corrupção varia em função do género, da idade, das habilitações literárias e da frequência de contacto com notícias jornalistas de casos de corrupção;*
- 2. A representação social que as pessoas residentes na área da grande Lisboa possuem da diversidade de situações que correspondem ao crime de corrupção, é mais alargada do que as que resultam da definição legal do respectivo tipo de crime;*
- 3. A representação social que as pessoas residentes na área da grande Lisboa possuem da gravidade dos actos de corrupção varia em função do montante de dinheiro envolvido ou do valor do objecto transaccionado no acto da corrupção;*
- 4. A representação social que as pessoas residentes na área da grande Lisboa possuem do acto praticado pelo corruptor activo apresenta uma gravidade diferente da gravidade do acto praticado pelo corruptor passivo;*
- 5. As pessoas residentes na área da grande Lisboa representam as notícias jornalísticas de corrupção que lêem nos jornais como correspondendo a factos muito graves;*
- 6. As pessoas residentes na área da grande Lisboa representam que o contacto com notícias jornalísticas acerca da corrupção contribui para de forma muito importante para a representação social que possuem do fenómeno;*

Definidas e apresentadas que estão as nossas hipóteses de trabalho, vejamos seguidamente qual a metodologia que utilizámos para proceder à medição das diversas variáveis com que estamos a trabalhar, para que,

após a leitura dos respectivos resultados, possamos estar na posse de dados objectivos que nos permitam confirmar ou infirmar as hipóteses agora apresentadas.

3 Metodologia

3.1 Algumas considerações metodológicas

Como sabemos, existem diversas ferramentas para se proceder à recolha de dados a partir da realidade. Uma questão que se coloca necessariamente sempre a quem realiza este tipo de estudos é a forma como vai proceder à recolha de dados junto da realidade que está a estudar. Depois de definir as variáveis com que irá trabalhar, há que definir uma ferramenta que permita recolher da melhor forma os dados do terreno, ou seja para proporcionar os dados mais correctos por forma a evitar riscos de obtenção de resultados menos coerentes face aos objectivos pretendidos com o estudo em realização.

Como se disse, existem diversas ferramentas para se proceder à recolha de dados, e o processo de decisão do tipo de ferramenta a utilizar passa geralmente pelo tipo de objectivos que pretendemos alcançar com o estudo, pela pergunta de partida, pelas hipóteses construídas e também necessariamente pelos indicadores que permitirão aferi-las.

As ferramentas mais utilizadas nos estudos das ciências sociais podem dividir-se em dois grupos: as Entrevistas e os Inquéritos, também conhecidos por Questionários.

As primeiras têm um carácter mais aberto e resultam geralmente de conversas entre o entrevistador (aquele que está a desenvolver o estudo) e o entrevistado (aquele que está a responder às questões que lhe estão a ser colocadas pelo primeiro, ou seja que está a ceder informação para o estudo), no sentido de aceder a informação de carácter mais profundo e específico acerca de determinado(s) aspecto(s) do tema em estudo. Esta metodologia aplica-se geralmente para o acesso e conhecimento de informação de tipo qualitativo.

A utilização desta ferramenta carece que o entrevistador proceda previamente à definição de um conjunto de tópicos a ser focados durante o desenrolar da entrevista (o denominado guião da entrevista) e que na prática correspondem a um conjunto de perguntas abertas, cujas respostas vão sendo anotadas pelo entrevistador para posterior análise (com recurso a técnicas de análise de conteúdo) e alcance objectivo dos respectivos resultados. A entrevista parece particularmente recomendada para o conhecimento aprofundado de determinada problemática ainda pouco conhecida e estudada, e acerca do qual exista uma necessi-

dade de produção de conhecimento mais profundo, como por exemplo o conhecimento e construção de indicadores que possam permitir a sua medição. É uma ferramenta particularmente utilizada pela Antropologia, nomeadamente pela vertente Etnográfica, na realização de estudos baseados em histórias de vida.

Quanto ao Inquérito, dizemos que é geralmente integrado por um conjunto de perguntas fechadas, em que as respostas alternativas são fornecidas conjuntamente com as questões. Destina-se a ser aplicado a grupos mais alargados de pessoas – geralmente a amostras alargadas de populações – no sentido de conhecer tendências de opinião acerca de determinada problemática em estudo. As questões que integram o Inquérito e as possíveis respostas apresentadas correspondem aos indicadores que permitem a aferição das variáveis e das hipóteses levantadas e cuja confirmação se pretende conhecer. Por esta razão, numa investigação onde se aplique um Inquérito, a maioria das variáveis são medidas a partir das próprias perguntas que o compõem.

O problema que muitas vezes se suscita ao elaborar um Inquérito reside na especificação das hipóteses operacionais e nos indicadores que permitem aferi-los, ou seja quais os dados da realidade que devem ser recolhidos e qual a forma como essa recolha deve ser realizada, por forma a conseguir-se uma associação eficaz entre a realidade e os indicadores e, por sua vez, entre estes e as hipóteses. Importa assim que os indicadores e a forma de os medir sejam muito bem especificados antes de se efectuar a recolha dos dados, o que implica que, aquando da elaboração das questões que hão-de integrar o Inquérito, tenhamos de pegar nas hipóteses gerais e, a partir delas, decidir que perguntas aplicar para medir as variáveis a elas associadas, bem assim como o tipo de resposta mais adequado para cada pergunta, o tipo de escala melhor ajustado para medir essas respostas, e ainda o método mais correcto para as analisar. Estes aspectos encontram-se todos interligados e as decisões que o investigador tome sobre eles acabam de certa forma por determinar as características dos dados a recolher, permitindo também uma clarificação das hipóteses operacionais e o estabelecimento de uma confiança de estas hipóteses poderem ser testadas adequadamente com os dados a recolher (Hill, 2005).

Falamos já existência de perguntas abertas e de perguntas fechadas. Ambas possuem aspectos positivos e aspectos menos positivos. As per-

guntas abertas, que já vimos se devem utilizar preferencialmente em situações em que se pretende alcançar informação de carácter qualitativo acerca da problemática em estudo, apresentam as vantagens de permitirem o acesso a informação em maior quantidade e por vezes até inesperada acerca de determinados aspectos particulares do problema, tornando o respectivo conhecimento mais rico, porque mais detalhado. Como aspectos menos positivos destaca-se a dificuldade de uma interpretação exacta e objectiva do conteúdo das respostas alcançadas, sendo também necessário um tempo mais longo para se proceder à codificação dessas mesmas respostas, processo para o qual é normalmente necessário o recurso a pelo menos dois “*avaliadores certificados*” (alguém com conhecimentos reconhecidos sobre a temática em análise), para que se garanta uma maior objectividade nesse processo de codificação e interpretação das respostas. Para finalizar deve ainda referir-se que, pela sua própria natureza, este método de abordagem do real dificilmente permitirá uma análise de resultados através de aplicação de técnicas estatísticas (Foddy, 2002, Hill, 2005).

Relativamente às perguntas fechadas, próprias dos Inquéritos, verificamos terem também particularidades mais vantajosas e algumas outras menos vantajosas. Entre as primeiras destacamos a facilidade de poderem ser analisadas através de técnicas estatísticas, muitas vezes de maneira muito sofisticada através de programas informáticos especificamente desenhados para este efeito. Quanto aos aspectos menos positivos, destacam-se a inexistência de riqueza nas respostas (recordamos que neste tipo de questões ao inquirido apenas é solicitado que selecione a resposta que mais se ajusta à sua opinião a partir de um naipe de possibilidades propostas pelo autor do estudo) o que por vezes pode conduzir o investigador a conclusões muito simplistas (Hill, 2005).

Perante os aspectos referidos, muitos autores ainda ficam em dúvida acerca de qual das duas metodologias devem utilizar para alcançar os melhores resultados nos respectivos estudos. Se, por alegarem questões como a da relatividade cultural, em que um mesmo termo é susceptível ter significados não totalmente coincidentes, apresentando variações em função da conjuntura cultural em que é utilizado, os defensores das perguntas abertas justificam o recurso a esta ferramenta como forma de evitar eventuais enviesamentos resultantes precisamente das variações de índole cultural, por outro lado, os defensores das perguntas fechadas

parecem essencialmente animados pela necessidade de realização de Inquéritos em larga escala, na grande maioria dos casos a populações de dimensão nacional, trabalhos cada vez mais facilitados pela rapidez de obtenção de resultados graças às constantes evoluções da tecnologia informática (Foddy, 2002).

Apesar da existência destas duas correntes extremas, que por vezes mais se assemelham a fundamentalismos que esquecem de facto que ambas as técnicas possuem a suas potencialidades próprias e que se complementam, a maioria dos investigadores acaba por entender de grande utilidade o facto de as perguntas abertas poderem desempenhar um papel muito importante na interpretação das respostas dadas às perguntas fechadas (Foddy, 2002).

Antes de apresentarmos a nossa ferramenta de trabalho, fazemos uma breve referência ainda às escalas de medida das resposta às perguntas fechadas, a que já nos referimos anteriormente. Como verificamos, as perguntas fechadas têm esta designação na medida em que as várias alternativas de resposta são definidas e apresentadas pelo investigador. Estas respostas são na prática as várias dimensões da variável ou do indicador que está a ser testado através da respectiva pergunta, e encontram-se geralmente associadas a um de dois tipos de escalas. As escalas nominais, em que as alternativas de resposta são taxativas, não existindo qualquer relação de continuidade entre elas (são por exemplo as respostas do tipo Sim / Não), e as escalas de avaliação do tipo ordinal, que pressupõem a existência de uma relação de continuidade entre as diversas respostas (são por exemplo as respostas que se destinam a avaliar a gravidade de uma determinada questão e cujas alternativas começam em *Nada Grave*, passando depois para *Pouco Grave*, seguindo para *Grave* e terminando em *Muito Grave*).

3.2 A nossa ferramenta de trabalho

Vejamos agora, após a apresentação destes breves considerandos acerca das questões metodológicas, qual a ferramenta de análise da realidade que decidimos construir e que utilizamos.

Já vimos que este estudo é de carácter exploratório ou preliminar e através dele pretendemos conhecer informação relevante para uma investigação principal a desenvolver futuramente acerca do impacto que

as notícias de corrupção publicadas na imprensa de grande tiragem possuem na edificação do discurso social existente acerca da questão da corrupção. Segundo Hill (2005), os estudos exploratórios podem ser realizados para identificar e seleccionar de uma forma mais clara determinadas variáveis acerca da problemática que se pretenda estudar mais profundamente no âmbito de um estudo mais alargado. Segundo a mesma autora, um Inquérito realizado a uma pequena amostragem da população (os resultados de 50 inquéritos podem considerar-se já suficientes para permitir o alcance de dados com alguma objectividade) pode considerar-se suficiente para permitir o conhecimento da importância de determinadas variáveis acerca da problemática em estudo, até porque o objectivo central nesta fase dos trabalhos não é tanto a extrapolação dos resultados para toda a população do universo em estudo, que no nosso caso é a população residente na área da grande Lisboa (cidade de Lisboa e subúrbios), mas mais uma verificação de tendências de opinião dentro dessa mesma população.

Decidimo-nos assim pela edificação de um Inquérito, que pode ser consultado em anexo no final deste texto, e que é composto por um conjunto de questões destinadas a aferir cada uma das seis hipóteses operacionais. Como se pode verificar, a grande maioria das questões é de carácter fechado na medida em que, e apesar de estarmos perante estudo exploratório, a nossa intenção perspectivar tendências de opinião acerca de determinados aspectos da representação social da corrupção e, como vimos anteriormente, tal apenas se torna viável a partir de questões de carácter fechado.

Assim, num primeiro conjunto de questões, pretendemos conhecer alguns aspectos biográficos caracterizadores da população inquirida. Correspondem na prática às habituais variáveis independentes sempre presentes nos inquéritos, como o género, a idade, a profissão e as habilitações literárias. Denominam-se por variáveis independentes na medida em que é a partir delas que se avaliam as variações das variáveis que estamos de facto a estudar e que neste contexto se denominam por variáveis dependentes e que correspondem às respostas seleccionadas para as questões que se seguem no Inquérito. São por isso naturalmente questões cujas respostas são do tipo taxativo, ou seja fazem a aplicação de uma escala do tipo nominal.

A primeira questão realmente proposta acerca da representação so-

cial da corrupção, é uma questão aberta, em que se solicita aos inquiridos que indiquem três palavras que, completamente à sua escolha, associem a corrupção. Decidimos incluir esta questão aberta por, como se disse anteriormente, poder revelar-se de grande utilidade para a interpretação das respostas às perguntas fechadas que se seguem. Ainda em relação a esta mesma questão há que referir que decidimos incluí-la logo como questão de abertura para evitar que as respectivas respostas pudessem de alguma forma ser influenciadas pelas perguntas fechadas que se seguem ao longo do restante Inquérito.

Seguidamente procedemos à definição de um conjunto de onze situações hipotéticas distintas, que apresentamos aos inquiridos solicitando se as identificam ou não como actos de corrupção. Estas onze situações, questionadas neste sentido, deram origem às questões 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20 e 22, e o seu conjunto foi desenhado para aferir a nossa 2ª hipótese operacional. Refira-se ainda que as situações hipotéticas das questões 6, 8, 12, 14, 16, 20 e 22 correspondem a práticas enquadráveis na definição legal do crime de corrupção, correspondendo as restantes (2, 4, 10 e 18) a práticas de outros crimes de natureza económica, como o não pagamento de impostos (duas situações), a burla, e o abuso de confiança. Para finalizar refira-se ainda que as respostas a todas estas questões fazem a aplicação de uma mesma escala de tipo nominal (do tipo Não Sabe / Sim / Não).

Depois e partindo ainda das mesmas onze situações hipotéticas, solicitamos aos inquiridos que assinalassem o respectivo grau de gravidade que lhes associavam. Este novo registo deu origem às questões 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, e 23, e foram desenhadas para aferirmos a nossa 3ª hipótese operacional, nomeadamente através da apresentação de situações semelhantes apresentando apenas a variação do valor do bem ou do montante de dinheiro envolvido no acto da corrupção. Contrariamente ao grupo de questões anteriormente referido, este segundo conjunto de questões apresenta as propostas de resposta estruturadas numa escala do tipo ordinal, em que todas se apresentam correlacionadas e tendentes à aferição do grau de gravidade associado a cada uma das situações propostas (com as alternativas Não sabe. / Nada Grave / Pouco Grave / Grave / Muito Grave).

Numa quarta parte do Inquérito (questões 24 e 25) buscamos conhecer se o acto praticado pelo corruptor passivo tem uma gravidade

distinta da do acto praticado pelo corruptor activo. Para aferir este aspecto da representação social da corrupção, pegamos na última das situações propostas no conjunto de questões anteriores e questionamos a gravidade associada ao acto de cada um dos intervenientes, por forma a aferirmos a nossa 4^a hipótese operacional. Também aqui e pelas mesmas razões já apontadas anteriormente, as respostas que propomos foram estruturadas em torno da mesma escala do tipo ordinal.

Refira-se que a grelha das respostas para os dois conjuntos de questões acabados de mencionar se apresenta por ordem inversa de duas em duas questões, para que desta forma se evitem tendências de centralidade em termos das respostas indicadas pelos inquiridos.

O conjunto das questões 26 a 31 pretendem conhecer os hábitos de leitura de jornais da população inquirida. As respostas às questões 27 e 28 foram naturalmente estruturadas em torno de uma escala nominal. As respostas à questão 29 foram também estruturadas em torno de uma escalara de tipo nominal, embora neste caso se admitam respostas múltiplas, deixando inclusivamente espaço aberto para outras alternativas não propostas pelo inquiridor. Trata-se da única questão que admite resposta múltipla e que nem é fechada nem é aberta. As questões 30 e 31 pretendem avaliar a percepção da gravidade que possuem as notícias de corrupção lidas nos jornais (questão 30 – 5^a hipótese operacional) e a percepção da importância que essas notícias possuem na construção das representações sociais da corrupção (questão 31 – 6^a hipótese operacional). As respostas para estas questões foram estruturadas em torno de escalas do tipo ordinal, a primeira delas utilizando a mesma grelha gradativa em torno da percepção da gravidade das notícias de jornais e a segunda em torno de uma grelha gradativa da importância que essas notícias possuem para a percepção da corrupção.

Julgamos assim, com o conjunto de questões apresentado, ter construído uma ferramenta de medição e de aferição da realidade que nos propusemos estudar, e que resultou das diversas dimensões definidas na hipótese geral e depois mais concretizadas através das hipóteses operacionais.

Restará apenas referir que os dados recolhidos através deste inquérito foram depois tratados informaticamente através de uma folha de cálculo Excell.

Feita a apresentação e a explicação da ferramenta de trabalho uti-

lizada, vejamos, já no próximo capítulo, quais os resultados que ela permitiu alcançar e qual a respectiva análise.

4 Apresentação de resultados

No presente capítulo apresentamos então os resultados alcançados com a administração do Inquérito que foi apresentado no capítulo anterior e que resultou das hipóteses de trabalho definidas e descritas no capítulo precedente.

Antes de apresentarmos os resultados julgamos porém importante que se refira que o Inquérito foi administrado entre 23 de Abril e 20 de Maio de 2006 na área da grande Lisboa a uma população amostral de 88 indivíduos, que seguidamente melhor se caracterizará. Efectuamos a administração do Inquérito através da técnica de amostragem de conveniência por duas ordens de razões. A primeira porque, devido ao facto de estarmos a trabalhar a um nível exploratório, que, pelas razões já apontadas anteriormente e que se prendem com os objectivos que se pretendem alcançar com estudos a este nível, não requer grandes cuidados com os aspectos de representatividade da amostra da população em estudo e a segunda, porque, dada a temática do assunto em estudo, que pode muito provavelmente apresentar-se ainda com efeitos perturbadores para muitas pessoas, causando-lhes alguns receios ou pelo menos algumas dúvidas, prejudicando a espontaneidade sempre útil nestas situações. Alguns autores têm defendido que situações de perturbação desta natureza podem motivar os inquiridos a fornecer falsas respostas a propósito dos tópicos questionados, conduzindo-os facilmente para respostas socialmente correctas e desejáveis, o que, a acontecer, subverteria totalmente os resultados que pretendem conhecer-se (Foddy, 2002). Decidimo-nos assim pela aplicação dos Inquéritos através de uma amostragem de conveniência, tendo-o feito a indivíduos que, logo desde o momento da apresentação do estudo e dos respectivos objectivos, se mostraram totalmente receptivos e dispostos a colaborar na respectiva realização, alguns dos quais revelando inclusivamente conhecer terceiras pessoas que estariam igualmente nas mesmas condições de disponibilidade, aos quais, por esta via, conseguimos posteriormente também a colaboração como Inquiridos.

Vejamos então os resultados alcançados, apresentando numa primeira parte as características dos 88 indivíduos inquiridos, que constituem a amostra da nossa população alvo – indivíduos residentes na área da grande Lisboa.

4.1 Caracterização da amostra

Os quatro quadros que se seguem dão-nos uma noção das características da população que foi inquirida, que se constituiu na amostra com que trabalhamos e que é composta por 88 indivíduos residentes na área da grande Lisboa.

QUADRO 1: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA AMOSTRA												
total de casos	género		idades					habilitações literárias				total de casos
	masculino	feminino	18 - 27	28 - 37	38 - 47	48 - 57	58 e mais	até 9º ano	mais de 9º ano até 12º ano	bacharelato e licenciatura	não identificado	
88	40	48	29	34	13	7	5	13	23	51	1	88
100,0%	45,5%	54,5%	32,9%	38,6%	14,8%	8,0%	5,7%	14,8%	26,1%	58,0%	1,1%	100,0%

QUADRO 2: CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO DA AMOSTRA											
total de casos	bancário	assistente social	consultor	enfermeiro	técnico de estudos de mercado	funcionário administrativo	informático	militar	reformado	outras profissões	
88	5	6	6	7	4	4	4	9	4	39	
100,0%	5,7%	6,9%	6,9%	8,0%	4,5%	4,5%	4,5%	10,2%	4,5%	44,3%	

QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DOS HÁBITOS DE LEITURA DE JORNAIS DA POPULAÇÃO DA AMOSTRA									
nº casos				nº leitores por títulos					
	total	não lêem jornais	lêem jornais	CM	PÚBLICO	DN	EXPRESSO	VISÃO	OUTROS
casos	88	8	80	33	31	36	36	31	33
%	100,0%	9,1%	90,9%	37,5%	35,2%	40,9%	40,9%	35,2%	37,5%

No quadro 1 verificamos que o género feminino se encontra ligeiramente mais representado do que o masculino. Verificamos ainda que os indivíduos possuem idades compreendidas entre os 18 e os 58 ou mais anos de idade, embora os grupos etários dos 18 a 27 e 28 a 37 anos

de idades sejam os que, no seu conjunto, possuem a maior fatia da população (32,9% e 38,6%, respectivamente). Refira-se desde já que esta distribuição etária, relativamente concentrada nos grupos mais jovens, dificulta um pouco a leitura dos resultados em função da variação desta variável. Falamos concretamente dos subgrupos etários dos 48 a 57 anos e 58 e mais anos, que são integrados respectivamente por 7 (8%) e por 5 (5,7%) elementos, cujas respostas, se apresentadas, surgiriam comparáveis às dos restantes subgrupos integrados por bastantes mais elementos, como são os exemplos já mencionados nos dois grupos etários mais novos. Assim e por esta razão não se fará a apresentação dos resultados face à variável idade. Neste caso, se pretendêssemos conhecer de facto os resultados tendo em consideração esta variável, restar-nos-ia a solução de colocar mais inquiridos na rua, nomeadamente junto de indivíduos com idades compreendidas nos dois grupos etários mais deficitários.

Relativamente às habilitações literárias e ainda dentro do mesmo quadro 1, verifica-se que permitiram uma subdivisão em três subgrupos distintos (até ao 9º ano inclusive, mais do que o 9º até ao 12º ano inclusive, e frequência / conclusão de curso universitário), integrados respectivamente por 13 (14,8%), 23 (26,1%) e 51 (58,0%) elementos, ainda assim com uma relativa concentração no terceiro grupo. No entanto e apesar desta concentração, decidimos efectuar a apresentação de resultados tendo em consideração a variável habilitações literárias.

A conjugação das variáveis idade e habilitações literária diz-nos que a nossa amostra de conveniência é composta maioritariamente por indivíduos relativamente jovens e com formação académica. Estamos em crer que este é um dos riscos de se utilizar a técnica da amostragem de conveniência. Ainda assim e face ao facto de estarmos a trabalhar no âmbito de um estudo exploratório, aceitámos este risco e corremos-lo, restando-nos agora efectuar a análise e apresentação dos resultados alcançados para as variáveis que o permitam.

Quanto às profissões dos nossos inquiridos (quadro 2), verificamos estar perante um leque muito alargado e diversificado, que impossibilita a constituição de subgrupos de profissões com um mínimo de dimensão que possibilite apresentar resultados credíveis, razão pela qual também não os apresentamos relativamente a esta variável.

Por fim e no que respeita aos hábitos de leitura de jornais, resultados

apresentados no quadro 3, verificamos que a maioria dos nossos inquiridos (80 elementos – 90,9%) se assumiu como tendo contacto com este meio de comunicação social, contra uma pequena minoria de 8 elementos (9,1%) que diz não ter contactos com jornais. Assumimos poder ser arriscado fazer comparações de tendências de opinião entre estes dois subgrupos, no entanto e porque, ainda assim, o subgrupo dos não leitores de jornais apresenta alguma homogeneidade face à generalidade da população da amostra (é composto por 4 indivíduos do género masculino e outros tantos do género feminino; as suas idades são 20, 26, 28, 29, 35, 39 41 e 48 anos de idade; três deles são licenciados, outros três possuem o 12º ano e dois possuem o 9º ano) decidimos efectuar a apresentação dos resultados para estes dois subgrupos.

Por outro lado e para terminar esta breve referência à caracterização da amostra inquirida, verificamos que a maioria dos indivíduos que têm contactos com a imprensa assume ler mais do que um jornal, razão pela qual a apresentação de resultados em função desta variável não nos permite verificar a real influência de cada um dos jornais de forma isolada. Em face desta limitação, também ela resultante da técnica de amostragem de conveniência, apenas apresentamos, como já dissemos, os resultados verificados para os subgrupos dos que lêem jornais e dos que não lêem jornais.

4.2 As palavras mais associadas a corrupção

O quadro 4 apresenta-nos as palavras mais frequentemente associadas a corrupção e resultam das respostas apresentadas pelos inquiridos à questão nº1 (a única questão aberta presente neste Inquérito). Este é o único quadro que apresentamos relativamente às 257 palavras que os inquiridos, no seu total, associam a corrupção. O tratamento global das 257 palavras será posteriormente efectuado através de técnicas de análise de conteúdo. Ainda assim, como dissemos, apontamos as palavras que mais se repetem até ao número de três repetições. Destes dados, assim apresentados completamente em bruto, parece-nos de destacar o facto de trinta Inquiridos associarem a corrupção à palavra “*dinheiro*” – esta é a palavra que mais vezes se repete –, o que nos pode trazer alguma luz sobre alguns dos resultados verificados para as questões seguintes, nomeadamente para a questão desenhada para aferir a

nossa hipótese que associa o valor transaccionado no acto da corrupção com a respectiva gravidade.

Termos Identificados	Número de referências
Dinheiro	30
Suborno	21
Poder	13
Crime	12
Roubo	11
Mentira	8
Desonestidade	7
Falsificação	5
Fraude	5
Ganância	5
Influência	5
Política	5
Interesses	4
Políticos	4
Árbitros	3
Desvio	3
Enganar	3
Governo	3
Injustiça	3

4.3 As representações da corrupção para toda a população da amostra

Refira-se, como esclarecimento prévio para ajudar na leitura dos quadros que se seguem que as situações propostas que correspondem de facto a práticas de corrupção segundo a lei penal portuguesa se apresentam com uma coloração de fundo diferente (sombreada) relativamente às restantes. Fazemos a apresentação dos resultados com recurso a esta forma gráfica para mais facilmente se possa verificar qual o posicionamento que lhes é atribuído pela representação social denotado pela população da amostra.

QUADRO 5: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para a população total						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NÃO É CORRUPÇÃO		SIM É CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	2	2,3%	1	1,1%	85	96,6%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	2	2,3%	2	2,3%	84	95,5%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	4	4,5%	1	1,1%	83	94,3%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	6	6,8%	3	3,4%	79	89,8%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	6	6,8%	7	8,0%	75	85,2%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	5	5,7%	9	10,2%	74	84,1%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	3	3,4%	18	20,5%	67	76,1%
Um motorista de táxi, aperecebendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	2	2,3%	23	26,1%	63	71,6%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	7	8,0%	19	21,6%	62	70,5%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço	8	9,1%	19	21,6%	61	69,3%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	4	4,5%	26	29,5%	58	65,9%

O quadro 5 permite-nos verificar que de uma maneira geral a maioria dos inquiridos associa todas as situações propostas a práticas de corrupção. Esta tendência é no entanto particularmente evidente em torno das situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando a situação da prática da corrupção em troca de um almoço, que surge entre as que menor consenso reúnem quanto ao facto de se tratar de uma situação de corrupção.

QUADRO 6: Gravidade das situações propostas - resultados para a população total										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	4	4,6%	1	1,1%	4	4,6%	12	13,6%	67	76,1%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	4	4,6%	0	0,0%	2	2,3%	22	26,0%	60	68,2%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	32	36,4%	56	62,6%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	1	1,1%	0	0,0%	1	1,1%	33	37,6%	53	60,2%
Um motorista de táxi, aproveitando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	3	3,4%	0	0,0%	8	9,1%	24	27,3%	53	60,2%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	2	2,3%	0	0,0%	3	3,4%	34	38,6%	49	56,7%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	6	6,8%	4	4,6%	6	6,8%	28	31,8%	44	50,0%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	7	8,0%	1	1,1%	1	1,1%	37	42,0%	42	47,7%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	7	8,0%	3	3,4%	13	14,8%	32	36,4%	33	37,6%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	5	5,7%	16	18,2%	27	30,7%	19	21,6%	21	23,9%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	6	6,8%	3	3,4%	22	26,0%	48	54,6%	9	10,2%

Relativamente à gravidade das situações apresentadas (resultados do quadro 6), verificamos a existência de uma tendência para ver a maioria das situações como GRAVES e MUITO GRAVES, não se confirmando que o grau de gravidade esteja associado ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 7: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para a população total										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	1	1,1%	0	0,0%	0	0,0%	34	38,6%	53	60,2%
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 Euros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	3	3,4%	0	0,0%	6	6,8%	35	39,8%	44	50,0%

O quadro 7 deixa verificar um tendência para, dentro do mesmo acto, considerar mais grave a actuação do corruptor passivo (o funcionário, neste caso o examinador, que recebe 250 euros para aprovar um aluno no exame) relativamente à do corruptor activo (o aluno que dá os 250 euros para garantir a aprovação no exame).

QUADRO 8: Gravidade das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para a população total										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
2	2,5%	0	0,0%	1	1,3%	34	42,5%	43	53,8%	

QUADRO 9: Importância das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para a população total										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM		NADA IMPORTANTES		POUCO IMPORTANTES		IMPORTANTES		MUITO IMPORTANTES		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
4	5,0%	1	1,3%	5	6,3%	50	62,5%	20	26,0%	

Os quadros 8 e 9 permitem-nos afirmar a existência de uma forte tendência para ver como GRAVES e MUITO GRAVES as notícias de corrupção lidas nos jornais (quadro 8), as quais parecem tendencialmente IMPORTANTES para a opinião que os inquiridos possuem acerca das práticas de corrupção (quadro 8).

4.4 As representações em função do género

4.4.1 As representações reveladas pelo género feminino

QUADRO 10: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para o género feminino						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NAO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NAO É CORRUPÇÃO		SIM É CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 €uros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	1	2,1%	0	0,0%	47	97,9%
Um examinador de condução aceita 250 €uros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	1	2,1%	0	0,0%	47	97,9%
Um policia de trânsito aceita 50 €uros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	1	2,1%	1	2,1%	46	95,8%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 €uros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	6,3%	1	2,1%	44	91,7%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 €uros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	6,3%	3	6,3%	42	87,5%
Um empregado de um Banco aceita 1000 €uros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	4	8,3%	3	6,3%	41	85,4%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	2	4,2%	7	14,6%	39	81,3%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	0	0,0%	12	25,0%	36	75,0%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtém	4	8,3%	8	16,7%	36	75,0%
Um motorista de táxi, apreciando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	2	4,2%	11	22,9%	35	72,9%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço	5	10,4%	10	20,8%	33	68,8%

O quadro 10 diz-nos que os inquiridos do género feminino parecem ter uma tendência muito semelhante à que se verificou para a totalidade do grupo acerca desta questão (quadro 5), ou seja, de uma maneira geral a maioria das inquiridas associa todas as situações propostas a práticas de corrupção. Esta tendência revela-se particularmente evidente para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando a situação da prática da corrupção em troca de um almoço, que surge como a que menor consenso reúne quanto ao facto de se tratar de uma situação de corrupção.

QUADRO 11: Gravidade das situações propostas - resultados para o género feminino										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NAO RESPONDE/ NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	0	0,0%	0	0,0%	2	4,2%	8	16,7%	38	79,2%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	4,2%	0	0,0%	2	4,2%	7	14,6%	37	77,1%
Um policia de trânsito aceita 50 euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	13	27,1%	36	72,9%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	0	0,0%	0	0,0%	1	2,1%	16	31,3%	32	66,7%
Um motorista de táxi, aprovando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	1	2,1%	0	0,0%	2	4,2%	16	31,3%	30	62,6%
Um examinador de condução aceita 250 euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	1	2,1%	17	36,4%	30	62,6%
Um empregado de um Banco aceita 1000 euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	3	6,3%	1	2,1%	7	14,6%	12	26,0%	26	62,1%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	6,3%	1	2,1%	4	8,3%	16	33,3%	24	60,0%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	2	4,2%	1	2,1%	1	2,1%	24	60,0%	20	41,7%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	2	4,2%	9	18,8%	16	31,3%	12	26,0%	10	20,8%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	2	4,2%	0	0,0%	12	26,0%	29	60,4%	6	10,4%

O quadro 11 transmite-nos uma tendência em tudo semelhante à que se verificou para todo o grupo (quadro 6). Tendência para ver a maioria das situações como GRAVES e MUITO GRAVES, não se confirmando igualmente que o grau de gravidade esteja associado ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 12: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para o género feminino										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	18	37,5%	30	62,5%
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 euros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	0	0,0%	0	0,0%	3	6,3%	16	33,3%	29	60,4%

Um vez mais, à semelhança do que se verificou para todo o grupo (quadro 7), verifica-se uma tendência para, dentro do mesmo acto, considerar mais grave a prática do corruptor passivo do que a do corruptor activo. Esta tendência não é no entanto tão forte como o é para todo o grupo.

QUADRO 13: Gravidade das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o género feminino										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%	16	36,4%	27	61,4%	

QUADRO 14: Importância das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o género feminino										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA IMPORTANTES		POUCO IMPORTANTES		IMPORTANTES		MUITO IMPORTANTES		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
1	2,3%	1	2,3%	0	0,0%	30	68,2%	12	27,3%	

Os quadros 13 e 14 permitem-nos verificar novamente a existência da mesma forte tendência verificada para todo o grupo (quadro 8), para ver como GRAVES e MUITO GRAVES as notícias de corrupção lidas nos jornais (quadro 13), as quais parecem apresentar-se tendencialmente IMPORTANTES para a opinião que as inquiridas possuem acerca das práticas de corrupção (quadro 14).

4.4.2 As representações reveladas pelo género masculino

QUADRO 15: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para o género masculino						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NAO RESPONDE / NÃO TEM		NAO E CORRUPÇÃO		SIM E CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	1	2,5%	0	0,0%	39	97,5%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troca da aprovação no respectivo exame	1	2,5%	2	5,0%	37	92,5%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	3	7,5%	1	2,5%	36	90,0%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	7,5%	2	5,0%	35	87,5%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	1	2,5%	6	15,0%	33	82,5%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	7,5%	4	10,0%	33	82,5%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	1	2,5%	11	27,5%	28	70,0%
Um motorista de táxi, apreebendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	0	0,0%	12	30,0%	28	70,0%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço	3	7,5%	9	22,5%	28	70,0%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	3	7,5%	11	27,5%	26	65,0%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	4	10,0%	14	35,0%	22	55,0%

O quadro 15 revela uma tendência em tudo idêntica à que se verifica para todo o grupo (quadro 5) e para o género feminino (quadro 10), ou seja, de uma maneira geral a maioria dos homens inquiridos associa todas as situações propostas a práticas de corrupção. Esta tendência revela-se particularmente evidente para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando a situação da prática da corrupção em troca de um almoço, que surge como uma das que reúne menor consenso quanto ao facto de se tratar de uma situação de corrupção.

QUADRO 16: Gravidade das situações propostas - resultados para o género masculino										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE/ NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	5,0%	1	2,5%	2	5,0%	5	12,5%	30	75,0%
Um motorista de táxi, apressando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	2	5,0%	0	0,0%	6	15,0%	9	22,5%	23	57,5%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	4	10,0%	0	0,0%	0	0,0%	14	35,0%	22	55,0%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	5	12,5%	0	0,0%	0	0,0%	13	32,5%	22	55,0%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	1	2,5%	0	0,0%	0	0,0%	18	45,0%	21	52,5%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	1	2,5%	0	0,0%	0	0,0%	19	47,5%	20	50,0%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	7,5%	3	7,5%	2	5,0%	12	30,0%	20	50,0%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	2	5,0%	0	0,0%	2	5,0%	17	42,5%	19	47,5%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	3	7,5%	7	17,5%	12	30,0%	7	17,5%	11	27,5%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	4	10,0%	2	5,0%	6	15,0%	20	50,0%	8	20,0%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	4	10,0%	3	7,5%	10	25,0%	19	47,5%	4	10,0%

Apesar de mostrar uma tendência semelhante à que se verificou para todo o grupo (quadro 6) e para os indivíduos do género feminino (quadro 11), o quadro 16 permite verificar que, para os indivíduos do género masculino, as situações propostas se dividem um pouco mais entre o POUCO GRAVE, o GRAVE e o MUITO GRAVE, não se confirmando uma vez mais que o grau de gravidade esteja associado ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 17: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para o género masculino										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	1	2,8%	0	0,0%	0	0,0%	16	40,0%	23	57,5%
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 euros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	3	7,5%	0	0,0%	3	7,5%	19	47,5%	15	37,5%

Mais uma vez uma tendência semelhante à que foi revelada pelo grupo (quadro 7) e pelos inquiridos do género feminino (quadro 12), ou seja uma tendência para, dentro do mesmo acto, considerar mais grave a prática do corruptor passivo do que a do corruptor activo. Neste caso no entanto e contrariamente aos resultados para o género feminino (quadro 12) esta tendência é aqui bem evidente (é a primeira vez que a maioria dos inquiridos define apenas como GRAVE a actuação do corruptor activo – o aluno que paga 250 euros para conseguir a aprovação no exame).

QUADRO 18: Gravidade das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o género masculino										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
1	2,8%	0	0,0%	1	2,8%	18	50,0%	16	44,4%	

QUADRO 19: Importância das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o género masculino										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA IMPORTANTES		POUCO IMPORTANTES		IMPORTANTES		MUITO IMPORTANTES		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
3	8,3%	0	0,0%	5	13,9%	20	55,6%	8	22,2%	

Os quadros 18 e 19 permitem-nos verificar novamente a existência de uma tendência semelhante da que se verificou para todo o grupo (quadro 8) e para o género feminino (quadro 13), para ver como GRAVES e MUITO GRAVES as notícias de corrupção lidas nos jornais (quadro 18), embora neste caso e pela primeira vez, o maior consenso esteja em torno do facto de as notícias serem vistas como GRAVES e não tanto como MUITO GRAVES (contrariando assim e em parte o que se verificou nas duas situações anteriores – quadros 8 e 13). Ainda assim as notícias parecem apresentar-se tendencialmente IMPORTANTES para a opinião que os inquiridos do género masculino possuem acerca das práticas de corrupção (quadro 19).

4.5 As representações em função das habilitações literárias

4.6 As representações reveladas pelo grupo com habilitações até ao 9º ano de escolaridade inclusive

QUADRO 20: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para o grupo com habilitações literárias até 9º ano inclusive						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NÃO É CORRUPÇÃO		SIM É CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	0	0,0%	0	0,0%	13	100,0%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	0	0,0%	1	7,7%	12	92,3%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	1	7,7%	1	7,7%	11	84,6%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	2	15,4%	11	84,6%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	0	0,0%	3	23,1%	10	76,9%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	0	0,0%	4	30,8%	9	69,2%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço	0	0,0%	4	30,8%	9	69,2%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	15,4%	2	15,4%	9	69,2%
Um motorista de táxi, aprecebendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	0	0,0%	5	38,5%	8	61,5%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtém	1	7,7%	4	30,8%	8	61,5%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	1	7,7%	5	38,5%	7	53,8%

O quadro 20 revela uma situação em tudo idêntica à que se verificou anteriormente para todo o grupo e para os géneros feminino e masculino (quadros 5, 10 e 15, respectivamente). De uma maneira geral a maioria das pessoas deste subgrupo associa todas as situações propostas a práticas de corrupção. Esta tendência revela-se particularmente evidente para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando a situação da prática da corrupção em troca de um

almoço e agora também a situação de um pagamento em troca da adjudicação da construção de um jardim, que surgem como duas das que reúnem menor consenso quanto ao facto de se tratarem de situações de corrupção.

QUADRO 21: Gravidade das situações propostas - resultados para o grupo com habilitações literárias até 9º ano inclusive										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE/ NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	30,8%	9	69,2%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	1	7,7%	0	0,0%	1	7,7%	3	23,1%	8	61,6%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	1	7,7%	0	0,0%	2	16,4%	2	16,4%	8	61,6%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	1	7,7%	1	7,7%	0	0,0%	4	30,8%	7	63,8%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	63,8%	6	46,2%
Um motorista de táxi, apreciando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	1	7,7%	0	0,0%	2	16,4%	6	38,6%	6	38,6%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	8	61,6%	6	38,6%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	1	7,7%	2	16,4%	1	7,7%	6	46,2%	3	23,1%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	1	7,7%	2	16,4%	1	7,7%	6	46,2%	3	23,1%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	0	0,0%	2	16,4%	6	38,6%	4	30,8%	2	16,4%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	2	16,4%	0	0,0%	1	7,7%	10	76,9%	0	0,0%

O quadro 21 revela que as situações propostas se encontram compreendidas entre o POUCO GRAVE, o GRAVE e o MUITO GRAVE. Ainda assim continua a verificar-se a tendência para não se poder associar o grau de gravidade ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 22: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para o grupo com habilitações literárias até ao 9º ano inclusive										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 €uros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	46,2%	7	53,8%
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 €uros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	0	0,0%	0	0,0%	1	7,7%	6	46,2%	6	46,2%

O quadro 22 revela uma vez mais a mesma tendência para considerar mais grave a actuação do corruptor passivo do que a do corruptor activo.

QUADRO 23: Gravidade das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados do grupo com habilitações literárias até ao 9º ano inclusive									
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	63,6%	4	36,4%

QUADRO 24: Importância das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o grupo com habilitações literárias até ao 9º ano inclusive									
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA IMPORTANTES		POUCO IMPORTANTES		IMPORTANTES		MUITO IMPORTANTES	
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
0	0,0%	0	0,0%	1	9,1%	4	36,4%	6	54,5%

Os quadros 23 e 24 revelam que as notícias lidas nos jornais são tendencialmente GRAVES (quadro 23) e MUITO IMPORTANTES para a opinião que os inquiridos deste grupo possuem acerca das práticas de corrupção (quadro 24).

4.6.1 As representações reveladas pelo grupo com habilitações literárias superiores ao 9º ano até ao 12º ano de escolaridade inclusive

QUADRO 25: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para o grupo com habilitações literárias superiores ao 9º até 12º ano inclusive						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NÃO É CORRUPÇÃO		SIM É CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	0	0,0%	0	0,0%	23	100,0%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troca da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	23	100,0%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	1	4,3%	0	0,0%	22	95,7%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	8,7%	0	0,0%	21	91,3%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	1	4,3%	3	13,0%	19	82,6%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	3	13,0%	1	4,3%	19	82,6%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	8,7%	2	8,7%	19	82,6%
Um motorista de táxi, aperecebendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	0	0,0%	6	26,1%	17	73,9%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	1	4,3%	5	21,7%	17	73,9%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	1	4,3%	6	26,1%	16	69,6%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	1	4,3%	7	30,4%	15	65,2%

O quadro 25 revela a mesma tendência já anteriormente verificada, ou seja, a maioria das pessoas deste subgrupo associa todas as situações propostas a práticas de corrupção. Esta tendência revela-se particularmente evidente para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando a situação da prática da corrupção em troca de um almoço.

QUADRO 26: Gravidade das situações propostas - resultados para o grupo com habilitações superiores ao 9º até 12º ano inclusive										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE/ NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência refira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantarais" com os amigos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	30,4%	16	69,6%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	1	4,3%	1	4,3%	1	4,3%	4	17,4%	16	69,6%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	1	4,3%	0	0,0%	0	0,0%	7	30,4%	15	65,2%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	9	39,1%	14	60,9%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	13,0%	1	4,3%	2	8,7%	4	17,4%	13	66,5%
Um motorista de táxi, aproveitando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	0	0,0%	0	0,0%	3	13,0%	8	34,8%	12	52,2%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	2	8,7%	9	39,1%	12	52,2%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	1	4,3%	0	0,0%	1	4,3%	10	43,5%	11	47,8%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	3	13,0%	1	4,3%	2	8,7%	10	43,5%	7	30,4%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	1	4,3%	6	28,1%	8	34,8%	4	17,4%	4	17,4%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	1	4,3%	1	4,3%	8	34,8%	10	43,5%	3	13,0%

O quadro 26 revela que as situações propostas se encontram tendencialmente compreendidas entre o GRAVE e o MUITO GRAVE, embora as duas últimas fiquem já essencialmente dentro do intervalo NADA GRAVE, POUCO GRAVE e GRAVE. Ainda assim continua a verificar-se a tendência para não se poder associar o grau de gravidade ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 27: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para o grupo com habilitações literárias superiores ao 9º até 12º ano inclusive										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	12	62,2%	11	47,8%
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 euros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	1	4,3%	0	0,0%	3	13,0%	11	47,8%	8	34,8%

O quadro 27 revela uma vez mais a mesma tendência para considerar mais grave a actuação do corruptor passivo do que a do corruptor activo.

QUADRO 28: Gravidade das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o grupo com habilitações literárias superiores ao 9º até 12º ano inclusive									
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	11	55,0%	9	45,0%

QUADRO 29: Importância das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o grupo com habilitações literárias superiores ao 9º até 12º ano inclusive									
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA IMPORTANTES		POUCO IMPORTANTES		IMPORTANTES		MUITO IMPORTANTES	
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
2	10,0%	0	0,0%	2	10,0%	11	55,0%	5	25,0%

Os quadros 28 e 29 revelam que as notícias lidas nos jornais são tendencialmente GRAVES e MUITO GRAVES (quadro 28) e IMPORTANTES para a opinião que os inquiridos deste grupo possuem acerca das práticas de corrupção (quadro 29).

4.6.2 As representações reveladas pelo grupo com frequência / conclusão de curso universitário

QUADRO 30: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para o grupo com frequência / conclusão de curso universitário						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NÃO É CORRUPÇÃO		SIM É CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um examinador de condução aceita 250 €uros de um aluno a troca da aprovação no respectivo exame	2	3,9%	0	0,0%	49	96,1%
Um polícia de trânsito aceita 50 €uros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	2	3,9%	1	2,0%	48	94,1%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 €uros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	3	5,9%	0	0,0%	48	94,1%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 €uros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	3,9%	3	5,9%	46	90,2%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 €uros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	3	5,9%	2	3,9%	46	90,2%
Um empregado de um Banco aceita 1000 €uros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	2	3,9%	5	9,8%	44	86,3%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	2	3,9%	11	21,6%	38	74,5%
Um motorista de táxi, aprecebendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	2	3,9%	12	23,5%	37	72,5%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construírá lhe pague um almoço	6	11,8%	8	15,7%	37	72,5%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	5	9,8%	10	19,6%	36	70,6%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	1	2,0%	15	29,4%	35	68,6%

O quadro 30 revela a mesma tendência já anteriormente verificada, ou seja, a maioria das pessoas deste subgrupo associa todas as situações propostas a práticas de corrupção. Esta tendência revela-se particularmente evidente para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando novamente a situação da prática da corrupção em troca de um almoço.

QUADRO 31: Gravidade das situações propostas - resultados para o grupo com frequência / conclusão de curso universitário										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE/ NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	3,9%	0	0,0%	1	2,0%	6	11,8%	42	82,4%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	2	3,9%	0	0,0%	1	2,0%	12	23,6%	36	70,6%
Um motorista de táxi, aproveitando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	2	3,9%	0	0,0%	3	6,9%	11	21,6%	36	68,6%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respetivo exame	2	3,9%	0	0,0%	1	2,0%	16	31,4%	32	62,7%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantarcadas" com os amigos	1	2,0%	0	0,0%	1	2,0%	18	36,3%	31	60,8%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	19	37,3%	31	60,8%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	2	3,9%	1	2,0%	3	6,9%	18	36,3%	27	62,9%
O seu vizinho é empresário e, através de umas aritméticas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	6	9,8%	0	0,0%	0	0,0%	22	43,1%	24	47,1%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	3	6,9%	0	0,0%	10	19,6%	16	29,4%	23	46,1%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	3	6,9%	8	16,7%	14	27,6%	11	21,6%	16	29,4%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	2	3,9%	2	3,9%	13	26,6%	28	54,9%	6	11,8%

O quadro 31 revela que as situações propostas se encontram tendencialmente compreendidas entre o GRAVE e o MUITO GRAVE, embora as três últimas incluam ainda o POUCO GRAVE. Mantém-se a tendência para não se poder associar o grau de gravidade ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 32: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para o grupo com frequência / conclusão de curso universitário										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE/ NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respetivo exame	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	16	29,4%	36	68,6%
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 Euros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	2	3,9%	0	0,0%	1	2,0%	18	36,3%	30	68,8%

Apesar de a maioria dos inquiridos deste subgrupo identificar a atuação do corruptor passivo e do corruptor activo como MUITO GRAVES, a verdade é que ainda assim essa tendência é mais forte no caso do corruptor passivo e menos forte no caso do corruptor activo.

QUADRO 33: Gravidade das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o grupo com frequência / conclusão de curso universitário									
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
2	4,2%	0	0,0%	1	2,1%	15	31,3%	30	62,5%

QUADRO 34: Importância das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para o grupo com frequência / conclusão de curso universitário									
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA IMPORTANTES		POUCO IMPORTANTES		IMPORTANTES		MUITO IMPORTANTES	
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
1	2,1%	1	2,1%	2	4,2%	35	72,9%	9	18,8%

Os quadros 33 e 34 revelam que as notícias lidas nos jornais são tendencialmente MUITO GRAVES (quadro 33) e IMPORTANTES para a opinião que os inquiridos deste grupo possuem acerca das práticas de corrupção (quadro 34).

4.7 As representações em função do contacto / leitura de jornais

4.7.1 As representações reveladas pela totalidade do grupo com contacto / leitura de jornais

QUADRO 35: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para os que Lêem Jornais						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NÃO É CORRUPÇÃO		SIM É CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	2	2,5%	1	1,3%	77	96,3%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	2	2,5%	2	2,5%	76	95,0%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	4	5,0%	1	1,3%	75	93,8%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	6	7,5%	3	3,8%	71	88,8%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	6	7,5%	7	8,8%	67	83,8%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	5	6,3%	9	11,3%	66	82,5%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	3	3,8%	17	21,3%	60	75,0%
Um motorista de táxi, aperebendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	2	2,5%	21	26,3%	57	71,3%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço	6	7,5%	17	21,3%	57	71,3%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtém	7	8,8%	17	21,3%	56	70,0%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	4	5,0%	24	30,0%	52	65,0%

O quadro 35 revela uma vez mais a mesma tendência já anteriormente verificada, ou seja, a maioria das pessoas deste subgrupo tende a associar todas as situações propostas a práticas de corrupção. Esta tendência revela-se particularmente evidente para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando novamente a situação da prática da corrupção em troca de um almoço.

QUADRO 36: Gravidade das situações propostas - resultados para os que Lêem jornais										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE/ NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	4	6,0%	1	1,3%	4	5,0%	8	10,0%	63	78,8%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	4	6,0%	0	0,0%	2	2,5%	18	22,5%	66	70,0%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	28	36,0%	51	63,8%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	1	1,3%	0	0,0%	1	1,3%	29	36,3%	49	61,3%
Um motorista de táxi, apreciando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	3	3,8%	0	0,0%	7	8,8%	22	27,5%	48	60,0%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	2	2,5%	0	0,0%	3	3,8%	31	38,8%	44	56,0%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	6	7,6%	4	5,0%	6	6,3%	26	31,3%	40	50,0%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	7	8,8%	1	1,3%	1	1,3%	34	42,6%	37	46,3%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	7	8,8%	3	3,8%	12	15,0%	27	33,8%	31	38,8%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço	6	6,3%	13	16,3%	26	31,3%	17	21,3%	20	26,0%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	6	7,6%	3	3,8%	18	22,6%	46	56,3%	8	10,0%

O quadro 36 revela que as situações propostas se encontram tendencialmente compreendidas entre o GRAVE e o MUITO GRAVE, embora as três últimas incluam ainda o POUCO GRAVE. Mantém-se a tendência para não se poder associar o grau de gravidade ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 37: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para os que Lêem Jornais										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
	Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	1	1,3%	0	0,0%	0	0,0%	32	40,0%	47
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 Euros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	3	3,8%	0	0,0%	6	7,5%	30	37,5%	41	51,3%

Apesar de a maioria das inquiridos deste subgrupo identificar a actuação do corruptor passivo e do corruptor activo como MUITO GRAVES, a verdade é que ainda assim essa tendência é mais forte no caso do corruptor passivo do no caso do corruptor activo.

QUADRO 38: Gravidade das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para os que Lêem Jornais										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
2	2,5%	0	0,0%	1	1,3%	34	42,5%	43	53,8%	

QUADRO 39: Importância das notícias de corrupção lidas nos jornais - resultados para os que Lêem Jornais										
NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA IMPORTANTES		POUCO IMPORTANTES		IMPORTANTES		MUITO IMPORTANTES		
Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	
4	5,0%	1	1,3%	5	6,3%	50	62,5%	20	25,0%	

Os quadros 38 e 39 revelam que as notícias lidas nos jornais são tendencialmente MUITO GRAVES e GRAVES (quadro 38) e IMPORTANTES para a opinião que os inquiridos deste grupo possuem acerca das práticas de corrupção (quadro 39).

4.7.2 As representações reveladas pelo grupo sem contacto com jornais

QUADRO 40: "As situações propostas são corrupção?" - resultados para os que Não Lêem Jornais						
SITUAÇÃO PROPOSTA	NAO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NAO É CORRUPÇÃO		SIM É CORRUPÇÃO	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
Um policia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	8	100,0%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	0	0,0%	1	12,5%	7	87,5%
Um motorista de táxi, apreciando-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	0	0,0%	2	25,0%	6	75,0%
O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	0	0,0%	2	25,0%	6	75,0%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço	2	25,0%	2	25,0%	4	50,0%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	0	0,0%	6	75,0%	2	25,0%

O quadro 40 revela uma vez mais a mesma tendência já anteriormente verificada, ou seja, a maioria das pessoas deste subgrupo tende a associar as situações propostas a práticas de corrupção, com excepção da última das situações. Esta tendência revela-se particularmente evidente para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção, exceptuando novamente a situação da prática da corrupção em troca de um almoço.

QUADRO 41: Gravidade das situações propostas - resultados para os que Não Lêem Jornais										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Um motorista de táxi, aprehendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido	0	0,0%	0	0,0%	1	12,5%	2	25,0%	6	62,5%
O seu vizinho é empresário e, através de umas aritméticas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	37,5%	6	62,5%
Um examinador de condução aceita 250 Euros de um aluno a troca da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	37,5%	6	62,5%
O tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes "jantaradas" com os amigos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	60,0%	4	60,0%
Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa por excesso de álcool	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	60,0%	4	60,0%
Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	60,0%	4	60,0%
O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 Euros da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si	0	0,0%	0	0,0%	1	12,5%	3	37,5%	4	60,0%
Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 Euros da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	60,0%	4	60,0%
Um empregado de um Banco aceita 1000 Euros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa	0	0,0%	0	0,0%	1	12,5%	5	62,5%	2	25,0%
O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu veículo automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA	0	0,0%	0	0,0%	4	60,0%	3	37,5%	1	12,5%
O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construiu lhe pague um almoço	0	0,0%	3	37,5%	2	25,0%	2	25,0%	1	12,5%

O quadro 41 revela que as situações propostas se encontram tendencialmente compreendidas entre o GRAVE e o MUITO GRAVE, embora as três últimas incluam ainda o POUCO GRAVE e a última o NADA GRAVE. Mantém-se a tendência para não se poder associar o grau de gravidade ao montante envolvido no acto da corrupção.

QUADRO 42: Gravidade das práticas do corruptor activo e do corruptor passivo - resultados para os que Não Lêem Jornais										
SITUAÇÃO PROPOSTA	NÃO RESPONDE / NÃO TEM OPINIÃO		NADA GRAVE		POUCO GRAVE		GRAVE		MUITO GRAVE	
	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
Gravidade da acção do examinador de condução por aceitar 250 euros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	25,0%	6	75,0%
Gravidade da acção do aluno ao entregar 250 euros ao examinador de condução a troco da aprovação no seu exame	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	5	62,5%	3	37,5%

O quadro 42 revela novamente a mesma tendência para considerar mais grave a actuação do corruptor passivo do que a do corruptor activo.

Conclusão

Iniciamos agora o balanço final dos resultados globalmente alcançados com o estudo efectuado. É tempo de avaliarmos se os dados recolhidos através do questionário que construímos e cujos resultados foram apresentados no capítulo anterior nos permitem confirmar a nossa hipótese, e, em caso positivo, se essa confirmação é total ou parcial. Em face destas interrogações, que correspondem afinal aos propósitos do estudo, julgamos que a melhor e única forma de o verificarmos será a partir de cada uma das seis hipóteses operacionais que definimos e que, no seu conjunto, nos hão-de permitir transformar a nossa hipótese geral numa afirmação inequívoca, que passe a partir de agora a estar suportada pelos resultados objectivos dos inquéritos, ou seja da realidade, que para este efeito nos foi revelada pelos inquiridos através das respostas dadas aos inquéritos de opinião.

Não podemos perder de vista o facto de estarmos a trabalhar com um estudo exploratório e que, pelo facto de a amostra de sujeitos inquiridos não ser aleatória, não se pode considerar como representativa da população em estudo (nem poderia ser face à proporção que a sua dimensão representa comparativamente ao universo em estudo), e portanto não se podem extrapolar os resultados para toda a população. Ficamos assim na posse de alguns indicadores das tendências de opinião acerca das representações sociais da corrupção manifestadas por um grupo de 88 indivíduos residentes na zona da grande Lisboa.

A representação social da corrupção para a população residente na área da grande Lisboa conta contudo com estes novos dados objectivos, os quais passamos seguidamente a apresentar:

1 - *“A representação social do crime de corrupção compreende um conjunto de actos de carácter mais alargado do que aqueles que efectivamente preenchem o tipo legal desse crime”*.

Esta parece ser uma afirmação que confirma o discurso social com que muitas vezes nos cruzamos e que aponta de certa forma para uma tendência para considerar sob o mesmo rótulo de corrupção a esmagadora maioria dos ilícitos penais que envolvem o acesso ilegítimo a dinheiro ou a outros valores patrimoniais. De facto, os dados apresentados nos quadros 5, 10, 15, 20, 25, 30, 35 e 40, e a respectiva leitura, não deixam dúvidas quanto a este aspecto – a maioria dos inquiridos afir-

mou sempre que todos os casos apresentados correspondiam a práticas de corrupção. Ainda assim não deve deixar de se acrescentar que esta tendência é particularmente mais acentuada para as situações que correspondem de facto a práticas de corrupção relativamente às restantes.

2 – *“O maior ou menor valor transaccionado no acto da corrupção não é factor determinante para uma representação social de maior ou menor gravidade associada ao respectivo acto”*.

Os resultados revelados nos quadros 6, 11, 16, 21, 26, 31,36 e 41, e respectiva leitura, contrariam a 3ª hipótese operacional por nós avançada. Este resultado deixa-nos alguma curiosidade relativamente ao conhecimento dos aspectos que possam determinar o grau de gravidade que as pessoas associam a uma determinada situação, nomeadamente após termos verificado que para trinta dos nossos inquiridos (34,1% do total da população inquirida) o *“dinheiro”* é a palavra que associam a corrupção. Os resultados alcançados relativamente a esta questão poderão porventura apontar no sentido de o *“dinheiro”* (a quantidade de dinheiro – o valor envolvido no acto da corrupção) ser apenas um de entre outros aspectos presentes na envolvente da prática do crime, que, no seu conjunto, determinam a forma como é representada a gravidade associada a esse mesmo acto.

3 – *“A representação social do acto praticado pelo corruptor passivo associa uma gravidade maior do que a que é associada ao acto praticado pelo corruptor activo”*;

Os resultados revelados nos quadros 7, 12, 17, 22, 27, 32, 37 e 42, e respectiva leitura, permitem confirmar a 4ª hipótese operacional por nós avançada.

4 – *“A representação social das notícias de corrupção lidas nos jornais de maior tiragem de Lisboa apresenta uma variação entre GRAVE e MUITO GRAVE em função do género e das habilitações literárias”*.

As notícias apresentam-se GRAVES para o género masculino (quadro 18), para os titulares de habilitações literárias até ao 9º ano inclusive (quadro 23) e ainda do 9º até ao 12º ano (quadro 28), e MUITO GRAVES para o género feminino, para os indivíduos com frequência / conclusão de curso universitário e ainda para os indivíduos que lêem jornais (quadros 13, 33 e 38), cuja tendência é semelhante à da totalidade da população (quadro 8).

5 – *“A representação social da percepção do grau de importân-*

cia das notícias de corrupção lidas nos jornais enquanto factor de formação de opinião, apresenta uma variação entre IMPORTANTE e MUITO IMPORTANTE em função das habilitações literárias”.

Todos os subgrupos analisados com excepção do grupo com habilitações literárias até ao 9º ano inclusive (quadro 24) tende a considerar as notícias de corrupção como MUITO IMPORTANTES para a formação da representação que possuem do fenómeno da corrupção. Todos os outros subgrupos (quadros 9, 14, 19, 29, 34 e 39) as consideram IMPORTANTES.

6 – *“A representação social da gravidade associada a actos de corrupção varia em função de se ter ou não contacto com jornais”*

Apesar de estarmos claramente numa situação de grande desproporcionalidade da dimensão dos dois grupos em comparação (8 contra 80 inquiridos), a verdade é que ainda assim se verifica uma variação entre eles. Os inquiridos que lêem jornais tendem a associar uma maior gravidade às situações que são de facto corrupção relativamente aos que não lêem jornais (quadros 36 e 41).

As afirmações apresentadas permitem-nos tecer a uma espécie de conclusão geral, que enunciámos nos seguintes termos:

Existe uma representação social da corrupção, que parece apresentar alguma correspondência com o discurso social acerca da questão, na medida em que tende a catalogar como corrupção um leque alargado de situações, muitas das quais não correspondem de facto a práticas de corrupção.

Alguns dos aspectos dessa representação social apresentam variações em função de algumas variáveis dependentes, como são os casos do género, das habilitações literárias, e do contacto com jornais de maior tiragem de Lisboa.

Chegamos agora ao final deste documento com a apresentação acompanhada de uma breve análise dos resultados alcançados. Os dados apresentados afiguram-se-nos contributos importantes para um conhecimento mais objectivo do fenómeno da corrupção, nomeadamente da forma como é percebido pelas pessoas.

Salientamos, para finalizar, um aspecto que em nosso entender é muito revelador da forma como o crime económico é representado e vivenciado pelas pessoas em Portugal e que pode muito bem vir a ser um bom ponto de partida para um novo estudo complementar ao que

acaba de se apresentar. Referimo-nos concretamente à forma como as pessoas perspectivam as situações de não pagamento das obrigações fiscais. Para efeitos de concepção e implementação de políticas públicas na área fiscal, parece-nos não negligenciável o facto constatado de as pessoas considerarem de menor gravidade as situações de escusa de pagamento de taxas e impostos, ou seja das suas obrigações fiscais.

Bibliografia

- ABRIC, J.C., “*Coopération, Compétition et Représentation Sociales*”, Delval, Friburgo, 1984;
- AGGLETON, Peter, “*Deviance*”, Routledge, Londres, 1993;
- ARON, Raymond, “*As Etapas do Pensamento Sociológico*”, Circulo de Leitores, Lisboa, 1991;
- BARATA, Óscar Soares, “*Introdução às Ciências Sociais*”, 2 Vol.s, Bertrand Editora, Lisboa, 1974 e 1975;
- BARDIN, Laurence, “*Análise de Conteúdo*”, Edições 70, Lisboa, 1991;
- BECKER, Howard, “*Becoming a Marijuana User*”, A.J.S., Nova York, 1953;
- BECKER, Howard, “*Outsiders. Studies in Sociology of Deviance*”, Free Press, Nova York, 1963;
- BELL, Judith, “*Como Realizar um Projecto de Investigação*”, Gradiva, Lisboa, 1997;
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas, “*A Construção Social da Realidade*”, Editora Vozes, Petropolis, 1998;
- BERNARDI, Bernardo, “*Introdução aos estudos etno-antropológicos*”, Edições 70, Lisboa, 1974;
- BILHIM, João, “*Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*”, ISCSP, Lisboa, 2004;
- BOURDIEU, Pierre, “*Sobre a Televisão*”, Celta, Oeiras, 2001;
- CRUZ, M. Braga da, “*Teorias Sociológicas – Volume I*”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004;
- CUSSON, Maurice, “*Criminologia*”, Casa das Letras, Lisboa, 2006;
- DEMARIS, Lucia, “*Compêndio de Sociologia*”, Edições 70, Lisboa, 2002;

- DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa, “*Criminologia – O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*”, Coimbra Editora, Coimbra, 1984;
- DOISE, W., “*Les Représentations Sociales*”, *Traité de Psychologie Cognitive*, Vol.II, Dunod, Paris, 1990;
- DURKHEIM, Émile, “*O Suicídio*”, Editorial Presença, Lisboa, 1977;
- DURKHEIM, Émile, “*As Regras do Método Sociológico*”, Editorial Presença, Lisboa, 1984;
- DURKHEIM, Émile, “*Représentations Individuelles et Représentations Collectives*”, *Revue de Métaphysique et Morale*, 1898;
- ELEJABARRIETA, F., “*La Teoria de las Representaciones Sociales y su Aplicación en el Estudio del Conocimiento social de la Informática*”, *Boletín de Psicología*, 1990;
- ERIKSON, Erik, “*Identidade – juventude e crise*”, Zahar, Rio de Janeiro, 1976;
- ÉTIENNE, Jean; BLOESS, Françoise; NORECK ; Jean-Pierre ; ROUX, Jean-Pierre ; “*Dicionário de sociologia*”, Plátano edições técnicas, Lisboa, 1998 ;
- FERREIRA, Eduardo Viegas, “*Crime e Insegurança em Portugal – Padrões e Tendências, 1985 – 1996*”, Celta, Lisboa, 1998;
- FERREIRA, J.M.Carvalho, et al., “*Sociologia*”, Mc Graw Hill, Lisboa, 1995;
- FODDY, William, “*Como Perguntar – Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*”, Celta, Oeiras, 2002;
- FOUCAULT, Michel, “*Vigiar e Punir*” – 24ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, 2001;
- GIDDENS, Anthony, “*Capitalismo e Moderna Teoria Social*”, Editorial Presença, Lisboa, 1944;

- GIDDENS, Anthony, “*Sociologia*”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000,;
- GOFFMAN, Erving, “*Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*”, Livros Técnicos e Científicos Lda, Rio de Janeiro, 1988 (Original 1963);
- GONÇALVES, Rui A., “*Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*”, Quarteto, Coimbra, 2000;
- GOODE, William, “*Métodos em Pesquisa Social*”, 2 Vol.s, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972;
- GOODY, Jack, “*Domesticação do Pensamento Selvagem*”, Editorial Presença, Lisboa, 1988;
- HERPIN, Nicolas, “*A Sociologia Americana – Escolas, Problemáticas e Práticas*”, Afrontamento, Porto, 1982;
- HILL, Manuela Magalhães e HILL, Andrew, “*Investigação por Questionário*” – 2ª edição, Edições Sílabo, Lisboa, 2005
- ÍBAÑEZ, T.G., “*Representaciones sociales, teoria y método*”, Ideologias de la Vida Cotidiana, SENDAI, Barcelona, 1988;
- JODELET, Denise, “*Représentation Sociale: Phénomènes, Concep et Théoriet*”, Psychologie Sociale, PUF, Paris, 1984;
- JODELET, Denise, “*Les Représentations Sociales*”, PUF, Paris, 1989;
- JONES, Howard, “*O Crime Numa Sociedade em Evolução*”, Atlântida Editora, Coimbra, 1971;
- LEYENS, Facques-Philippe, “*Psicologia Social*”, Edições 70, Lisboa, 1988;
- LEYENS, Facques-Philippe, YZERBYT, Vincent, “*Psicologia Social*”, Edições 70, Lisboa, 1999;
- LIMA, Mesquitela; MARTINEZ, Benito; FILHO, João Lopes, “*Introdução à antropologia cultural*”, Editorial Presença, Porto, 1980;

- LOURENÇO, Nelson e LISBOA, Manuel, “*Dez Anos de Crime em Portugal – Análise Longitudinal da Criminalidade Participada às Polícias (1984 – 1993)*”, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 1998;
- MACHADO, Carla, “*Crime e Insegurança – Discursos do Medo, Imagens do Outro*”, Editorial Notícias, Lisboa, 2004;
- MAIA, António João, “*Os Números da Corrupção em Portugal*”, artigo publicado em “*Polícia e Justiça*”, Coimbra Editora, Coimbra, 2004;
- MANNHEIM, Hermann, “*Criminologia Comparada*”, 2 Vol.s, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984 e 1985;
- MARQUES, António, “*Representação e linguagem*”, artigo publicado no nº10 da Revista da F.C.S.H. – “*O conceito de representação*”, pp. 13 a 23, Colibri, Lisboa, 1997;
- MASLOW, A. H., “*Motivation and personality*”, Evanston and London, Harper & Row, publishers, New York, 1954;
- MARX, Karl, “*Contribuição para a Crítica da Economia Política*”, Estampa, Lisboa, 1973;
- MOREIRA, Carlos Diogo, “*Planeamento e Estratégias da Investigação Social*”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1994;
- MOSCOVICI, Serge, “*La Psychanalyse, son Image et son Publique*”, PUF, Paris, 1961;
- MOSCOVICI, Serge, “*Santé et Maladie, Analyse d’une Représentation Sociale*”, Mouton, Haia, 1969;
- MOSCOVICI, Serge, “*Santé et Maladie, Analyse d’une Représentation Sociale*”, Mouton, Haia, 1969;
- MOSCOVICI, Serge, “*Social Influence and Social Change*”, Academic Pres, Londres, 1976;

- MOSCOVICI, Serge, e FARR, R., “*The Phenomenon of Social Representations*”, Academic Pres, Londres, 1984;
- MOSCOVICI, Serge, e HEWSTONE, M., “*De la Science au Sens Commum*”, Psychologie Sociale, PUF, Paris, 1984;
- MOSCOVICI, Serge, “*Social Representations: Explorations is Social Psychology*”, Polity Press, 2000;
- PORTA, Donatella Della, e MÉNY, Yves, “*Democracia e Corrupção na Europa*”, Editorial Inquérito, Lisboa, 1995;
- PENEDO, Cristina Carmona, “*O crime nos media – o que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*”, Livros Horizonte, Lisboa, 2003;
- PIRES DE LIMA, Marinús, “*Inquérito Sociológico*”, Presença, Lisboa, 1995;
- PRADA, Valentin, V., “*História Económica Mundial – Volume II*”, Civilização Editora, Porto, 1994;
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”, Gradiva, Lisboa, 1992;
- REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, “*O Conceito de Representação*”, Edições Colibri, Lisboa, 1997;
- RIMÉ, B., “*Langage et Communications*”, Psychologie Sociale, PUF, Paris, 1984;
- RODRIGUES, Adriano Duarte, ” *Estratégias da Comunicação – Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade*”, Editorial Presença, Lisboa, 1990;
- ROSE-ACKERMAN, Susan, “*Corrupção e Governo*”, Prefácio, Lisboa, 2002;
- SANTOS, Cláudia Maria Cruz, “*O Crime de Colarinho Branco*”, Coimbra Editora, Coimbra, 2001;

- SANTOS, José Rodrigues, “*Comunicação*”, Prefácio, Lisboa, 2001;
- SAUSSURE, Ferdinand de, “*Curso de Linguística Geral*”, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1986;
- SELLIN, T., Wolfgang, M.E., “*The Measurement of Delinquency*”, Wiley, New York, 1964;
- SMITH, Anthony D., “*A Identidade Nacional*”, Gradiva, Lisboa, 1998;
- TAJFEL, Henri, “*Grupos Humanos e Categorias Sociais*”, 2 Vol.s, Livros Horizonte, Lisboa, 1982 e 1983;
- TRAQUINA, Nelson, et al., “*O Jornalismo Português em Análise de Casos*”, Caminho, Lisboa, 2001;
- VALA, Jorge et al., “*Mudança Social e Psicologia Social*”, Livros Horizonte, Lisboa, 1982;
- VALA, Jorge, MONTEIRO, Maria Benedita, LIMA, Luisa e CAETANO, António, “*Psicologia Social das Organizações – Estudos em Empresas Portuguesas*”, Celta Editora, Oeiras, 1995;
- VALA, Jorge, MONTEIRO, Maria Benedita, “*Psicologia Social*”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996;
- VOLD, George, BERNARD, Thomas, SNIPES, Jeffrey, “*Theoretical Criminology – fourth edition*”, Oxford University Press, New York, 1998;
- WILL, Nicolas, “*Essais sur la Presse et le Capital*”, Union Générale d’Editions, Paris, 1976;
- WOLF, Mauro, “*Teorias da Comunicação Social*”, Presença, Lisboa, 2001;

Anexo

(Inquérito utilizado)

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se a recolher informação no âmbito de um estudo que está a ser desenvolvido no curso de Mestrado de Sociologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Os dados que aqui mencionará serão recolhidos de forma anónima e destinam-se única e exclusivamente a ser tratados estatisticamente no âmbito do referido estudo.

Com o conjunto de questões aqui propostas visamos conhecer algumas características da forma como as pessoas residentes na área da Grande Lisboa representam as práticas de corrupção, bem assim como a importância que as notícias veiculadas pela principal imprensa possuem nessa representação.

Responda ao presente questionário apenas e só se residir na zona da Grande Lisboa.

Leia atentamente cada questão e marque apenas a resposta que melhor corresponde à sua opinião. Procure responder às questões de forma espontânea e de acordo com o que realmente pensa acerca do que é a corrupção. Não existem respostas certas ou erradas!

Agradecemos desde já a sua colaboração neste estudo.

1ª Parte

Antes de responder ao questionário, gostaríamos de saber alguns dados relativamente a si:

Sexo: Masculino Feminino

Que idade tem? _____

Qual a sua profissão? _____

Quais são as suas habilitações literárias? _____

2ª Parte

Relativamente à problemática em apreço, responda às seguintes questões:

1– Refira três palavras que associa a corrupção?

3ª Parte

Seguidamente apresentamos algumas situações hipotéticas relativamente às quais pretendemos que manifeste se em sua opinião as considera práticas de corrupção (SIM), se não as considera práticas de corrupção (NÃO) ou se não possui uma opinião formada quanto ao facto de serem ou não práticas de corrupção (NÃO TEM OPINIÃO). Coloque um X no quadrado correspondente.

Em complemento e independentemente da opinião que tiver manifestado, solicitamos-lhe ainda que refira qual o grau de gravidade que em sua opinião cada uma das situações comporta. Coloque um X no quadrado abaixo da resposta que considerar:

2 - O Tesoureiro do serviço de Finanças próximo da sua residência retira frequentemente algum dinheiro do seu serviço e gasta-o em grandes “jantaradas” com os amigos				
NÃO TEM OPINIÃO		SIM		NÃO
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
3 - Em seu entender a situação apresentada é:				
NÃO TEM OPINIÃO	NADA GRAVE	POUCO GRAVE	GRAVE	MUITO GRAVE
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4 - O seu vizinho recusa a emissão de factura aquando da reparação do seu automóvel não pagando assim o valor correspondente ao imposto IVA				
NÃO		SIM		NÃO TEM OPINIÃO
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
5 - Em seu entender a situação apresentada é:				
MUITO GRAVE	GRAVE	POUCO GRAVE	NADA GRAVE	NÃO TEM OPINIÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6 - Um empregado de um Banco aceita 1000 €uros do cliente por ter dado informação positiva no processo de pedido de crédito para compra de casa				
NÃO TEM OPINIÃO		SIM		NÃO
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
7 - Em seu entender a situação apresentada é:				
MUITO GRAVE	GRAVE	POUCO GRAVE	NADA GRAVE	NÃO TEM OPINIÃO
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8 - Um polícia de trânsito aceita 50 Euros do condutor de um automóvel para não lhe passar a multa de excesso de álcool				
NÃO		SIM		NÃO TEM OPINIÃO
9 - Em seu entender a situação apresentada é:				
NÃO TEM OPINIÃO	NADA GRAVE	POUCO GRAVE	GRAVE	MUITO GRAVE

10 - Um motorista de táxi, apercebendo-se que o cliente se encontra distraído, cobra-lhe um valor três vezes superior ao devido				
NÃO TEM OPINIÃO		SIM		NÃO
11 - Em seu entender a situação apresentada é:				
NÃO TEM OPINIÃO	NADA GRAVE	POUCO GRAVE	GRAVE	MUITO GRAVE

12 - O Presidente da Junta de Freguesia aprovou e autorizou a construção de um jardim e, em troca disso, aceita que o dono da empresa que o construirá lhe pague um almoço				
NÃO TEM OPINIÃO		SIM		NÃO
13 - Em seu entender a situação apresentada é:				
MUITO GRAVE	GRAVE	POUCO GRAVE	NADA GRAVE	NÃO TEM OPINIÃO

14 - Um dos fiscais da Câmara Municipal aceita 2.000 Euros do proprietário de um terreno situado em zona de reserva agrícola, em troca da autorização da construção de uma casa nesse mesmo terreno				
NÃO		SIM		NÃO TEM OPINIÃO
15 - Em seu entender a situação apresentada é:				
NÃO TEM OPINIÃO	NADA GRAVE	POUCO GRAVE	GRAVE	MUITO GRAVE

16 - O Presidente da Junta de Freguesia aceita 1000 € da empresa construtora de um jardim cuja construção fora aprovada e autorizada por si				
NÃO TEM OPINIÃO		SIM		NÃO
17 - Em seu entender a situação apresentada é:				
NÃO TEM OPINIÃO	NADA GRAVE	POUCO GRAVE	GRAVE	MUITO GRAVE

18 - O seu vizinho é empresário e, através de umas artimanhas contabilísticas, consegue não pagar impostos sobre os elevados lucros que as suas empresas obtêm				
NÃO		SIM		NÃO TEM OPINIÃO
19 - Em seu entender a situação apresentada é:				
MUITO GRAVE	GRAVE	POUCO GRAVE	NADA GRAVE	NÃO TEM OPINIÃO

20 - Um Ministro do Governo aceita 1.000.000 € da empresa construtora da nova estação central de comboios, cuja construção fora aprovada e autorizada por si				
NÃO TEM OPINIÃO		SIM		NÃO
21 - Em seu entender a situação apresentada é:				
MUITO GRAVE	GRAVE	POUCO GRAVE	NADA GRAVE	NÃO TEM OPINIÃO

22 - Um examinador de condução aceita 250 € de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame				
NÃO		SIM		NÃO TEM OPINIÃO
23 - Em seu entender a situação apresentada é:				
MUITO GRAVE	GRAVE	POUCO GRAVE	NADA GRAVE	NÃO TEM OPINIÃO

4ª Parte

Relativamente à última das situações propostas, solicitamos-lhe agora que se refira quanto ao grau de gravidade da acção praticada por cada um dos intervenientes.

Coloque um X no quadrado abaixo da resposta que considerar:

Um examinador de condução aceita 250 €uros de um aluno a troco da aprovação no respectivo exame				
24 – Em seu entender, o examinador ao receber o dinheiro pratica um acto:				
NÃO TEM OPINIÃO	NADA GRAVE	POUCO GRAVE	GRAVE	MUITO GRAVE
25 - E o aluno, ao dar o dinheiro para garantir a aprovação pratica um acto:				
NÃO TEM OPINIÃO	NADA GRAVE	POUCO GRAVE	GRAVE	MUITO GRAVE

5ª Parte

26 - Costuma ler ou ter contacto com jornais? SIM NÃO

Se respondeu NÃO, a sua colaboração termina aqui.

Se respondeu SIM, solicitamos-lhe que responda ainda às questões da página seguinte:

27 - Costuma ler ou ter contactos com jornais / revistas diários com que periodicidade média?

Diária

Pelo menos uma vez por semana

Pelo menos uma vez por mês

28 - Costuma ler ou ter contactos com jornais / revistas semanários com que periodicidade média?

Uma vez por semana

Pelo menos uma vez por mês

29 - Assinale de entre os seguintes títulos qual ou quais os que costuma contactar com mais frequência

Correio da Manhã

Público

Diário de Notícias

Expresso

Visão

Outros Quais _____

30 - Que gravidade atribui à generalidade dos factos que são noticiados como práticas de corrupção, nos jornais que contacta com mais frequência?				
MUITO GRAVES	GRAVES	POUCO GRAVES	NADA GRAVES	NÃO TEM OPINIÃO

31 - Em seu entender qual o grau de importância dessas notícias para a opinião que possui sobre as práticas de corrupção?				
MUITO IMPORTANTES	IMPORTANTES	POUCO IMPORTANTES	NADA IMPORTANTES	NÃO TEM OPINIÃO